

14 de setembro 2017

Demonstrações financeiras

Eneva S.A.

(Companhia Aberta)

31 de dezembro de 2016

**com Relatório dos Auditores Independentes sobre
as demonstrações financeiras**



1. CONTEXTO OPERACIONAL	11
2. LICENÇAS E AUTORIZAÇÕES	15
3. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	15
4. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS E POLÍTICAS CONTÁBEIS.....	23
5. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS	32
6. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA.....	33
7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	33
8. DEPÓSITOS VINCULADOS.....	34
9. CONTAS A RECEBER.....	35
10. ESTOQUES	36
11. IMPOSTOS A RECUPERAR E DIFERIDOS	36
12. INVESTIMENTOS.....	39
13. IMOBILIZADO	45
14. INTANGÍVEL.....	51
15. PARTES RELACIONADAS	54
16. COMBINAÇÃO DE NEGÓCIOS.....	58
17. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS.....	61
18. DEBÊNTURES	64
19. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER	65
20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS.....	66
21. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS	73
22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	73
23. RESULTADO POR AÇÃO.....	74
24. PLANO DE PAGAMENTO BASEADO EM AÇÕES	75
25. RECEITA OPERACIONAL.....	76
26. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA.....	76
27. RESULTADO FINANCEIRO	77
28. COBERTURA DE SEGUROS (NÃO AUDITADO).....	78
29. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO.....	79
30. OPERAÇÃO DESCONTINUADA	84
31. COMPROMISSOS ASSUMIDOS.....	84
32. IMPACTOS DO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL.....	85
33. EVENTOS SUBSEQUENTES.....	86

Balanço Patrimonial

31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de Reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	2016	2015	2016	2015
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	70.970	73.191	493.997	247.415
Títulos e valores mobiliários	7	36.866	-	132.757	1.200
Contas a receber	9	-	-	315.153	338.580
Estoques	10	-	-	163.188	129.203
Despesas antecipadas		29	401	17.724	50.076
Impostos a recuperar	11	13.297	24.570	101.341	79.050
Ganhos com derivativos	20	-	-	-	103
Adiantamentos diversos		84	3.950	249	35.356
Dividendos a receber	12	-	1.630	-	-
Depósitos vinculados	8	51	46	51	38.129
Adiantamentos a fornecedores		1.256	-	9.485	4.246
Outros		-	-	15.656	-
		122.553	103.788	1.249.601	923.358
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Despesas antecipadas		785	1.572	7.502	5.293
Depósitos vinculados	8	4	-	32.152	76
Contas a receber	9	-	-	10.366	29.210
Imposto a recuperar	11	69.537	45.050	166.946	52.111
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	-	-	396.295	308.407
Operações com partes relacionadas	15	777.478	941.647	265.239	271.324
Outros créditos		-	2	7.014	2
		847.804	988.271	885.514	666.423
Investimentos					
	12	5.051.403	3.640.022	440.843	519.866
Imobilizado	13	14.859	11.047	6.528.059	5.451.258
Intangível	14	3.111	3.014	1.256.554	766.640
		5.917.177	4.642.354	9.110.970	7.404.187
		6.039.730	4.746.142	10.360.571	8.327.545

Balanço Patrimonial - continuação

31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de Reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	2016	2015	2016	2015
Passivo					
Circulante					
Fornecedores		12.067	3.869	177.249	122.706
Empréstimos e financiamentos	17	-	-	988.021	837.358
Debêntures	18	-	-	255.742	173.261
Impostos e contribuições a recolher	19	5.087	3.460	153.454	61.336
Obrigações sociais e trabalhistas		2.803	8.211	37.021	20.598
Operações com partes relacionadas	15	-	-	16.553	67.695
Retenção contratual		-	-	4.330	4.450
Participações nos lucros		8.714	7.677	23.843	22.087
Dividendos a pagar		-	-	-	3.331
Contas a pagar - setor elétrico		-	-	48.065	63.044
Provisão de custo por indisponibilidade		-	-	2.696	2.577
Outras obrigações		29	90	4.822	91
Créditos a pagar ao operador		-	-	-	34.927
Adiantamentos de clientes		-	-	-	9
Pesquisa e desenvolvimento - setor elétrico		-	-	29.178	20.148
		28.700	23.307	1.740.973	1.433.618
Não circulante					
Fornecedores		3.552	3.273	5.410	4.279
Empréstimos e financiamentos	17	1.228.617	1.068.702	3.109.277	3.081.193
Debêntures	18	-	-	590.219	-
Operações com partes relacionadas	15	38.948	38.053	101.836	41.238
Provisão para passivo a descoberto	12	38.546	10.525	2.691	-
Compra de energia	8.e	-	-	-	130.124
Provisão de abandono		-	-	52.985	27.705
Provisão de custo por indisponibilidade		-	-	1.110	3.148
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	207.050	-	252.657	23.185
Outras obrigações		-	-	22.604	5.876
		1.516.713	1.120.553	4.138.789	3.316.748
Total do Passivo					
		1.545.413	1.143.860	5.879.762	4.750.366
Patrimônio líquido					
Capital social	22	8.024.122	7.007.629	8.024.122	7.007.629
Reserva de capital		10.834	14.438	10.834	14.438
Ajuste de avaliação Patrimonial		1.879	-	1.879	-
Prejuízos acumulados	22	(3.542.518)	(3.419.785)	(3.543.157)	(3.435.053)
Patrimônio líquido atribuível aos controladores		4.494.317	3.602.282	4.493.678	3.587.014
Participações de acionistas não controladores		-	-	(12.870)	(9.835)
Total do patrimônio líquido		4.494.317	3.602.282	4.480.808	3.577.179
		6.039.730	4.746.142	10.360.571	8.327.545

Demonstrações de Resultados

Exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

(Em milhares de Reais)

	Not a	Controladora		Consolidado	
		2016	2015	2016	2015
Receita de venda de bens e/ou serviços	25	-	-	2.160.983	1.518.633
Custo dos bens e/ou serviços vendidos	26	-	-	(1.429.043)	(1.118.838)
Resultado bruto		-	-	731.940	399.795
Despesas/Receitas operacionais		(14.586)	(286.520)	(171.867)	(270.027)
Gerais e administrativas	26	(58.394)	(80.553)	(174.262)	(131.081)
Outras receitas operacionais	26	191.142	64.458	207.401	63.122
Outras despesas operacionais	26	(27.543)	(161.807)	(164.195)	(154.758)
Resultado de equivalência patrimonial	12	(119.791)	(108.618)	(40.811)	(47.310)
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos		(14.586)	(286.520)	560.073	129.768
Resultado financeiro	27	(43.409)	466.018	(548.360)	18.095
Receitas financeiras		146.870	663.556	165.913	650.479
Despesas financeiras		(190.279)	(197.538)	(714.273)	(632.384)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		(57.995)	179.499	11.713	147.863
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	11/ 19	(64.741)	-	(122.852)	26.109
Corrente		-	-	(45.191)	(13.825)
Diferido		(64.741)	-	(77.661)	39.934
Resultado líquido consolidado das operações continuadas		(122.736)	179.499	(111.139)	173.972
Operações descontinuadas					
Prejuízo nas operações descontinuadas- Alienação Porto do Pecém	30	-	(36.861)	-	(36.861)
Lucro/ Prejuízo do exercício		(122.736)	142.638	(111.139)	137.111
Atribuído a sócios da empresa controladora		(122.736)	142.638	(108.107)	142.638
Atribuído a sócios não controladores		-	-	(3.032)	(5.528)
Lucro/ (prejuízo) por ação de operações continuadas e descontinuadas atribuível aos acionistas da Companhia durante o exercício (expresso em R\$ por ação)					
Lucro/(prejuízo) básico por ação	23				
De operações continuadas (Nota 23)				(0,5977897)	5,6461934
De operações descontinuadas				-	(1,4591086)
Lucro/(prejuízo) diluído por ação					
De operações continuadas (Nota 23)				(0,5977897)	5,6461934
De operações descontinuadas				-	(1,4591086)

Demonstrações de Resultados Abrangentes

Exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Lucro/(Prejuízo) do período	(122.736)	142.638	(111.139)	137.111
Ajustes Acumulados de Conversão	(1.879)	-	(1.879)	-
Parcela efetiva das mudanças no valor justo dos <i>hedges</i> de fluxo de caixa - <i>hedge accounting</i>	-	55.848	-	55.848
Imposto de renda e contribuição social diferidos - <i>hedge accounting</i>	-	(18.988)	-	(18.988)
Resultado abrangente total	(124.615)	179.498	(113.018)	173.971
Resultado abrangente do período	(124.615)	179.498	(113.018)	173.971
Participação dos não controladores	-	-	(3.032)	(5.528)
Acionistas controladores	(124.615)	179.498	(109.986)	179.498
Total do resultado abrangente do período atribuível aos acionistas controladores				
De operações continuadas	(124.615)	216.359	(109.986)	216.359
De operações descontinuadas	-	(36.861)	-	(36.861)
Resultado abrangente total	(124.615)	179.498	(109.986)	179.498

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
(Prejuízo)/ Lucro antes dos Impostos, incluindo operações descontinuadas	(57.995)	142.638	11.713	111.002
Ajustes para reconciliar o lucro/prejuízo ao fluxo de caixa das atividades operacionais:				
Depreciação e amortização	2.676	2.570	356.577	147.580
Operações com instrumentos financeiros derivativos	-	(4.212)	-	(4.212)
Atualização valor justo - aquisição de investimentos	(190.415)	-	(190.415)	-
Provisão para desmantelamento	-	-	3.232	-
Resultado de equivalência patrimonial	91.555	98.155	39.070	47.310
Baixa de poços secos e áreas subcomerciais	-	-	5.191	-
Perda para crédito de liquidação duvidosa	-	-	31.262	-
Provisão para passivo a descoberto	28.237	10.463	-	-
Resultado em alienação/baixa de Investimentos	29.802	36.861	34.783	45.433
Resultado de disputas administrativas - setor elétrico	-	-	(92.275)	-
Variação Cambial Ativa e Passiva	(26.724)	69.093	(29.525)	62.128
Desconto condicional - efeito da Recuperação Judicial	-	(489.381)	-	(489.381)
Juros Empréstimos	162.025	89.484	596.508	420.642
Juros Mútuos	(76.956)	(104.694)	-	-
Juros Debêntures - Partes Relacionadas	-	-	19.106	-
Avaliação a Valor Justo - Participações pré-existentes	-	(64.386)	-	(64.386)
Resultado na extinção de passivos financeiros com instrumentos patrimoniais	-	131.005	-	131.005
Perda liquidação de derivativo	-	21.122	-	21.122
Outros	1.171	-	-	-
Baixa/(Reversão) impairment Ativo Imobilizado	-	-	97.978	(13.726)
Baixa/(Reversão) impairment Ativo Diferido	(3.852)	-	-	-
Atualização monetária contratual	(9.935)	-	(12.863)	-
Amortização de custo de captação	-	-	5.148	-
Participação nos lucros a pagar	1.037	-	3.414	-
Recuperação de créditos tributários	3.799	-	(11.120)	-
	(45.575)	(61.281)	867.784	414.516
Variações nos ativos e passivos				
Adiantamentos diversos	2.610	(2.238)	28.179	(26.476)
Despesas Antecipadas	1.159	(1.185)	34.883	(17.878)
Contas a receber	-	-	98.384	(33.732)
Impostos a recuperar / Recolher	(13.214)	(24.128)	4.719	(61.232)
Estoque	-	-	9.369	(30.018)
Impostos, taxas e contribuições	(2.172)	1.858	61.154	41.118
Fornecedores	8.042	(7.868)	47.278	(27.079)
Provisões e encargos trabalhistas	(5.407)	1.468	(7.279)	5.664
Contas a pagar	-	-	2.765	(12.851)
Dividendos recebidos	26.734	-	-	-
Débitos/ Créditos partes relacionadas	62.823	(33.567)	(149.177)	(13.933)
Outros Ativos e Passivos	3.576	6.859	(54.212)	16.418
	84.151	(58.801)	76.063	(159.999)
Caixa gerado nas operações	38.576	(120.083)	943.847	254.518
Juros pagos	-	-	(250.082)	-
Juros pagos debêntures - Partes Relacionadas	-	-	(2.027)	-
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	(26.761)	(7.757)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	38.576	(120.083)	664.977	246.761
Fluxo caixa das atividades de investimentos				
Aquisição de imobilizado e intangível	(7.169)	(2.318)	(156.756)	(233.435)
Baixa de imobilizado e intangível	-	-	11.743	-
Aporte em Investimentos	(45.986)	(71.510)	(5.215)	-
Aquisição de controlada, líquida do caixa adquirido	-	-	53.738	-
Títulos e valores mobiliários	(36.866)	-	(131.557)	-
Caixa proveniente da venda de ativo Imobilizado e Intangível	72	-	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital - Aporte	-	(79.472)	-	-
Retenções Contratuais	-	-	(120)	(16.587)
Ativos não correntes mantidos para venda	-	300.000	-	300.000
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos	(89.949)	146.700	(228.167)	49.978
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Instrumentos Financeiros	-	-	39	4.108
Aumento de capital	14.607	9.126	14.607	9.126
Captações de Financiamentos	-	-	10.192	548.222
Amortizações do Principal - Financiamentos	-	(500)	(146.217)	(723.935)
Emissão/Liquidação de Debêntures	-	-	-	49.000
Depósitos vinculados resgate	39.831	824	98.724	63.950
Depósitos vinculados constituição	(5.286)	(35.378)	(167.573)	(157.113)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamentos	49.152	(25.928)	(190.228)	(206.642)
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	2.221	689	246.582	90.097
Demonstração do aumento de caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício	73.191	72.502	247.415	157.318
No final do exercício	70.970	73.191	493.997	247.415

Transações que não envolveram caixa:

* Ajuste de conversão da controlada Parnaíba BV no montante de R\$ 1.879;

** Integralização de AFAC na controlada Itaquí no montante de R\$ 427.565

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

(Em milhares de Reais)

	Controladora				
	Capital Social Integralizado	Reserva de Capital e Opções Outorgadas	Outros Resultados Abrangentes	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2014	4.707.087	350.772	(36.861)	(3.877.982)	1.143.016
Lucro do exercício	-	-	-	142.638	142.638
Transações com acionistas:					
Aumento de capital	2.300.542	-	-	-	2.300.542
Opções de ação outorgadas pela Companhia	-	(315.351)	-	315.560	209
Resultado na extinção de passivos financeiros com instrumentos patrimoniais	-	131.005	-	-	131.005
Aquisição de participação societária	-	(151.987)	-	-	(151.987)
Outros resultados abrangentes:					
Ajustes de Instrumentos Financeiros	-	-	36.861	-	36.860
Saldo em 31 de dezembro de 2015	7.007.627	14.438	-	(3.419.782)	3.602.283
Prejuízo do exercício	-	-	-	(122.736)	(122.736)
Transações com acionistas:					
Aumento de capital	1.016.495	1.811	-	-	1.018.306
Ágio na emissão de ações	-	142.771	-	-	142.771
Valor justo dos instrumentos patrimoniais	-	(148.186)	-	-	(148.186)
Outros resultados abrangentes:					
Ajustes conversão do exercício	-	-	1.879	-	1.879
Saldo em 31 de dezembro de 2016	8.024.122	10.834	1.879	(3.542.518)	4.494.317

	Consolidado						
	Capital Social Integralizado	Reserva de Capital e Opções Outorgadas	Outros Resultados Abrangentes	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido	Participação dos Não Controladores	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro 2014	4.707.087	350.772	(36.861)	(3.885.741)	1.135.256	82.456	1.217.713
Lucro do exercício:	-	-	-	142.638	142.638	(5.528)	137.110
Transações de Capitais com Sócios:							
Aumento de capital	2.300.542	-	-	-	2.300.542	-	2.300.542
Opções Outorgadas Reconhecidas	-	(315.351)	-	315.560	209	-	209
Resultado na extinção de passivos financeiros com instrumentos patrimoniais	-	131.005	-	-	131.005	-	131.005
Reserva de Capital	-	-	-	(7.510)	(7.510)	-	(7.510)
Aquisição de participação societária	-	(151.987)	-	-	(151.987)	(86.765)	(238.752)
Outros resultados abrangentes:							
Ajustes de Instrumentos Financeiros	-	-	36.861	-	36.861	-	36.861
Saldo em 31 de dezembro 2015	7.007.627	14.438	-	(3.435.050)	3.587.015	(9.838)	3.577.177
Prejuízo do exercício	-	-	-	(108.107)	(108.107)	(3.032)	(111.139)
Transações com acionistas:							
Aumento de capital	1.016.495	1.811	-	-	1.018.306	-	1.018.306
Ágio na emissão de ações	-	142.771	-	-	142.771	-	142.771
Valor justo dos instrumentos patrimoniais	-	(148.186)	-	-	(148.186)	-	(148.186)
Outros resultados abrangentes:							
Ajustes conversão do exercício	-	-	1.879	-	1.879	-	1.879
Saldo em 31 de dezembro de 2016	8.024.122	10.834	1.879	(3.543.157)	4.493.678	(12.870)	4.480.808

Demonstrações do Valor Adicionado

Exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Receitas	191.142	354.781	2.565.339	3.772.627
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	-	-	2.357.938	1.686.084
Outras receitas	191.142	354.781	207.401	362.972
Receitas relativas à construção de ativos próprios	-	-	-	1.723.570
Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI)	(33.621)	330.074	(1.100.235)	(326.236)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(33.621)	(28.302)	(902.841)	(702.777)
Perda na extinção de passivos financeiros com instrumentos patrimoniais	-	(131.005)	-	(131.005)
Desconto financeiro - Plano de RJ	-	489.381	-	489.381
Contratos de gás	-	-	(197.394)	20.645
Prêmios contratuais	-	-	-	(2.481)
Valor adicionado bruto	157.521	684.855	1.465.104	3.446.391
Depreciação e amortização e exaustão	(2.676)	(2.570)	(238.092)	(178.148)
Valor adicionado líquido produzido	154.845	682.285	1.227.012	3.268.243
Valor adicionado recebido em transferência	(49.252)	(324.362)	(90.753)	(2.039.931)
Resultado de equivalência patrimonial	(91.555)	(98.155)	(39.070)	(47.310)
Receitas financeiras	15.858	28.073	80.399	74.352
Outros	26.445	(254.280)	(132.082)	(2.066.973)
Instrumentos financeiros derivativos	-	6.560	-	6.560
Provisão para passivo a descoberto	(28.237)	(10.463)	(1.741)	-
Provisão perda em investimento	-	-	(99.449)	-
Alienação de participações permanentes	-	(336.861)	-	(336.861)
Perdas em operações com derivativos	-	(2.348)	-	(2.348)
Adiantamentos a fornecedores	-	-	-	(1.723.570)
Seguros	(570)	(517)	(36.420)	(33.697)
Juros sobre operações de mútuo	82.793	110.471	33.608	44.065
Perda na liquidação de derivativo	-	(21.122)	-	(21.122)
Outros	(27.541)	-	(28.080)	-
Valor adicionado total a distribuir	105.593	357.923	1.136.259	1.228.312

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Distribuição do valor adicionado	105.593	357.923	1.136.259	1.228.312
Pessoal	16.246	43.221	137.628	137.092
Remuneração direta	6.403	23.887	67.924	67.660
Benefícios	7.990	5.792	38.528	38.377
FGTS e contribuições	1.853	13.542	31.176	31.055
Impostos, taxas e contribuições	64.956	487	308.917	152.682
IR/CSLL	-	-	45.191	-
Passivo Fiscal Diferido IR/CSLL	64.741	-	77.661	-
Federal	215	487	229.223	152.595
Estadual	-	-	(43.158)	87
Remuneração de capitais de terceiros	147.128	171.576	800.851	801.427
Juros	91	97	46.002	824
Aluguéis	5.067	5.456	86.937	207.512
Variação cambial	(26.718)	69.093	25.797	62.128
Despesas financeiras	168.688	96.930	642.115	530.963
Remuneração de capitais próprios	(122.737)	142.639	(111.139)	137.111
Lucros retidos /prejuízo do período	(122.737)	142.639	(108.107)	137.111
Lucro/ (Prejuízo) do período atribuído aos acionistas não controladores	-	-	3.032	(5.528)

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Companhia foi constituída em 25 de abril de 2001 sob a denominação de MPX Mineração e Energia Ltda., com sede na cidade do Rio de Janeiro. Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 11 de setembro de 2013, foi aprovada a alteração da denominação social da mesma, passando a ser denominada de Eneva S.A. ("Companhia" ou "Eneva").

Seu plano de negócios prevê como atividades principais (i) a geração e comercialização de energia elétrica através do desenvolvimento de matrizes energéticas diversificadas, como carvão mineral, gás natural e fontes renováveis e (ii) a exploração, o desenvolvimento e a produção de gás natural. Adicionalmente, a Companhia pode realizar participação no capital de outras sociedades, no país e no exterior, qualquer que seja o objeto social, bem como constituir subsidiárias sob qualquer forma societária.

Em 9 de dezembro de 2014, a Companhia ajuizou pedido de recuperação judicial, em relação a suas atividades e às atividades de sua subsidiária Eneva Participações S.A.. O Plano de Recuperação Judicial ("Plano de RJ") foi aprovado pela Assembleia Geral de Credores da Companhia realizada em 30 de abril de 2015 e homologado por decisão judicial em 12 de maio de 2015.

Com o cumprimento de todas as etapas previstas no Plano de RJ, o Juízo da 4ª Vara Empresarial da Comarca do Rio de Janeiro decretou, em 29 de junho de 2016, de forma antecipada, o encerramento do processo de recuperação judicial da Eneva S.A. e de sua subsidiária Eneva Participações S.A., liberando a Companhia de todo o acompanhamento diferenciado a que são submetidas as empresas nesta condição.

Apesar da reestruturação decorrente do referido plano de recuperação judicial, a Companhia e suas controladas apresentam em 31 de dezembro de 2016 excesso de passivos sobre ativos circulantes no montante de R\$491 milhões e prejuízos acumulados no montante de R\$3.542 milhões. O excesso de passivos sobre ativos circulantes foi equacionado com a renegociação dos contratos de empréstimo-ponte, da controlada Parnaíba II Geração de Energia S.A., com as instituições financeiras apoiadoras do projeto, estendendo o vencimento dessas operações no valor de R\$ 735 milhões para janeiro de 2019. Esta operação está descrita na Nota Explicativa nº33 - Eventos Subsequentes.

Desta forma a Companhia está apta para retomar seus planos de crescimento, bem como promover o curso normal de suas atividades.

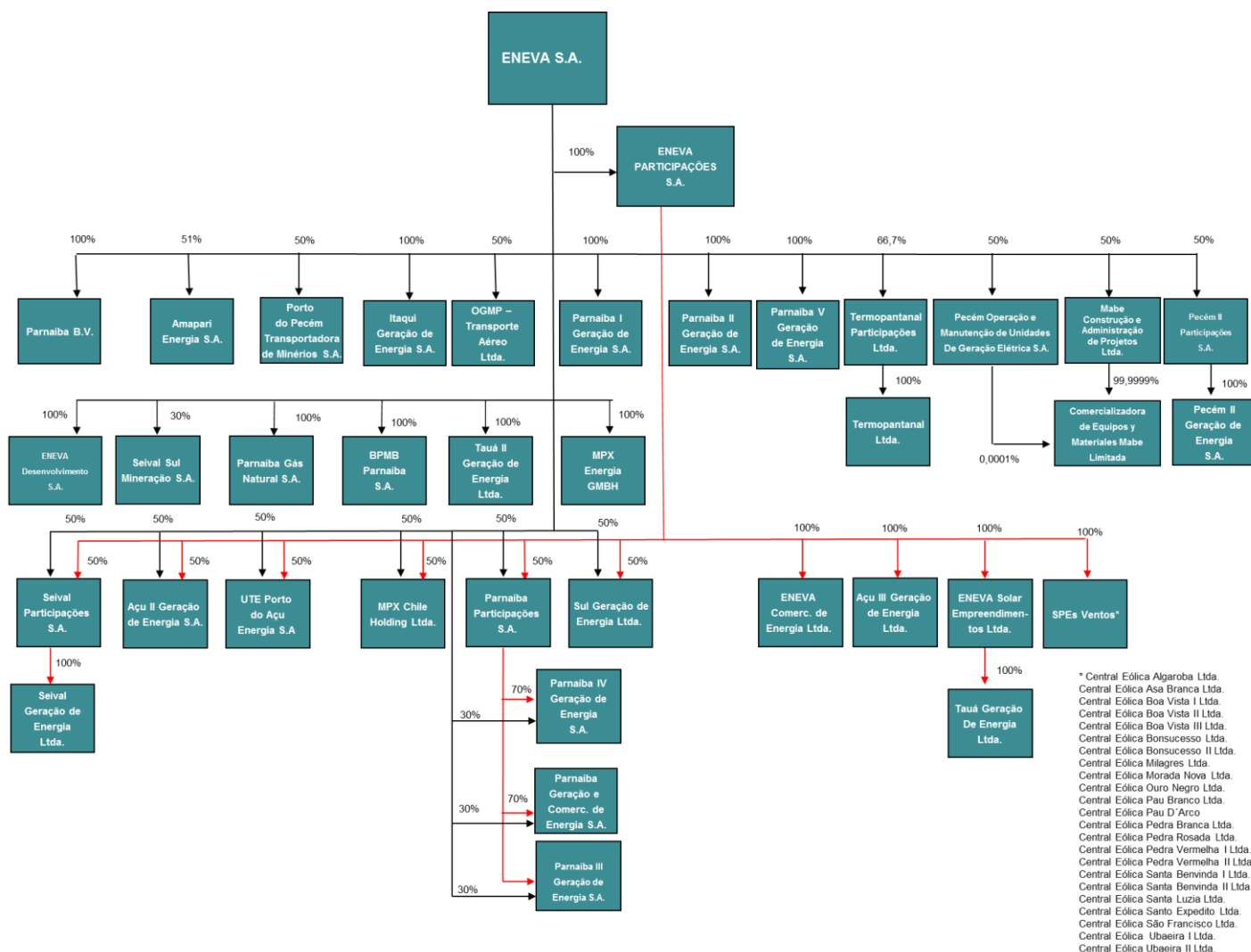
Adicionalmente, em 02 de agosto de 2016 foi aprovado o aumento de capital social da Companhia, deliberado pela Assembleia Geral Extraordinária, nesta data, mediante subscrição privada de, no mínimo, R\$910.897 e, no máximo, R\$2.297.941, mediante a emissão de novas ações ordinárias proporcionais ao preço de emissão individual, estipulado em R\$15,00 (quinze reais), dos quais: (i) R\$13,14 (treze reais e quatorze centavos) serão destinados à conta de capital social; e (ii) R\$1,86 (um real e oitenta e seis centavos) serão destinados à conta de reserva de capital. Tais ações tiveram os mesmos direitos e obrigações das ações ordinárias existentes.

Em 3 de outubro de 2016 foi concluído o aumento de capital privado da Eneva S.A., que foi aprovado na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia em 2 de agosto de 2016, conforme segue:

- a) A subscrição e integralização do aumento de capital foram realizadas parte em dinheiro, totalizando a quantia de R\$14.607; e parte por meio da contribuição dos Ativos PGN (conforme descrito abaixo), totalizando o montante de R\$1.145.772, dos quais: (i) R\$ 1.003.699 destinados à conta de capital social e (ii) R\$ 142.076 destinado à conta de reserva de capital. Portanto, apuramos um aumento no capital social de R\$ 1.018.306.

- b) O aumento de capital insere-se no contexto dos Acordos de Subscrição (*Subscription Agreements*) celebrados em 24 de março de 2016, entre a Companhia e o CAMBUHY I FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES, ("Cambuhy") ("Acordo de Subscrição Cambuhy") e a Companhia e a OGX PETRÓLEO E GÁS S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, ("OGX" e, em conjunto com Cambuhy, os "Subscritores") ("Acordo de Subscrição OGX" e, em conjunto com o Acordo de Subscrição Cambuhy, "Acordos de Subscrição"), por meio dos quais:
- (i) ACORDO DE SUBSCRIÇÃO CAMBUHY:
A Cambuhy comprometeu-se, sujeito a determinadas condições suspensivas, a subscrever parte das ações emitidas no âmbito de Aumento de Capital da Companhia, mediante a contribuição da totalidade de sua participação acionária detida na Parnaíba Gás Natural S.A., ("Participação Cambuhy" e "PGN", respectivamente); e da totalidade das debêntures conversíveis da 3ª (terceira) e 4ª (quarta) emissões de debêntures da PGN ("Debêntures Conversíveis" e, em conjunto com a Participação Cambuhy, "Ativos Cambuhy");
 - (ii) ACORDO DE SUBSCRIÇÃO OGX:
A OGX comprometeu-se, sujeito a determinadas condições suspensivas, a subscrever parte das ações emitidas no âmbito de Aumento de Capital da Companhia mediante a contribuição da totalidade de sua participação acionária detida na PGN ("Participação OGX" e, em conjunto com os Ativos Cambuhy, "Ativos PGN").
- c) Em decorrência da contribuição dos Ativos PGN, a Companhia se tornou titular de 100% (cem por cento) do capital social da PGN, atual fornecedora de gás natural das térmicas do Complexo do Parnaíba;
- d) Considerando que a subscrição mínima do aumento de capital foi atingida, o Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 3 de outubro de 2016, aprovou por unanimidade de voto de seus membros, a verificação da subscrição de 77.358.610 (setenta e sete milhões, trezentas e cinquenta e oito mil, seiscentas e dez) novas ações ordinárias de emissão da Companhia, ao preço de emissão de R\$ 15,00 (quinze reais), totalizando o montante subscrito e integralizado de R\$1.160.379; a homologação do aumento de capital, com fixação do valor final do aumento de capital; e o cancelamento das ações não subscritas no âmbito do aumento de capital;
- e) Em decorrência da homologação parcial do aumento de capital, o capital social da Companhia passou de R\$7.011.868, dividido em 161.769.820 (cento e sessenta e um milhões, setecentas e sessenta e nove mil, oitocentas e vinte) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, para os atuais R\$8.028.361, dividido em 239.128.430 (duzentos e trinta e nove milhões, cento e vinte e oito mil e quatrocentas e trinta) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.
- f) Com a conclusão do Aumento de Capital, nenhum acionista passou a ser detentor de mais de 50% (cinquenta por cento) das ações de emissão da Companhia; e não há acordo de acionistas arquivado na sede da Companhia (conforme artigo 118 da Lei nº 6.404/76).

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia apresenta a seguinte estrutura:



O detalhamento das participações societárias da Companhia está descrito na Nota Explicativa nº 11 - Investimentos.

O resumo das especificações técnicas das subsidiárias operacionais é como segue:

Geração de Energia

Empreendimento	Localização	Capacidade total	Combustível	Participação Companhia	CCEAR	Data de início da Operação
Carvão						
Itaqui	São Luiz/MA	360 MW	Carvão importado	100%	315MWa por 15 anos	Fev/13
Pecém II	São Gonçalo do Amarante/CE	365 MW	Carvão importado	50%	276MWa por 15 anos	Out/13
Gás natural						
Parnaíba I	Santo Antônio dos Lopes/MA	676 MW	Gás natural	100%	450MWa por 15 anos	Abr/13
Parnaíba II	Santo Antônio dos Lopes/MA	519 MW	Gás natural	100%	450MWa por 20 anos	Jul/16
Parnaíba III	Santo Antônio dos Lopes/MA	176 MW	Gás natural	100%	98MWa por 15 anos	Out/13
Parnaíba IV	Santo Antônio dos Lopes/MA	56 MW	Gás natural	100%	Mercado livre	Dez/13
Fontes renováveis						
Tauá	Tauá/CE	1 MW	Fonte de energia solar	100%	Mercado livre	Jul/11

Produção de Gás Natural

Empreendimento	Localização	Capacidade total	Participação Companhia	Campos em operação
Gás Natural				
BPMB	MA	2,5MM m ³ /dia	100%	3 (Gavião Real, Gavião Branco e Gavião Vermelho)
Parnaíba Gás Natural - PGN	MA	5,9MM m ³ /dia	100%	

2. Licenças e autorizações

Em 2016 a Companhia teve como desafio aprimorar a gestão socioambiental e de saúde e segurança de seus empreendimentos, aperfeiçoando seus processos operacionais e melhorando continuamente seus indicadores de desempenho. A Gerência Corporativa de Saúde Segurança e Meio Ambiente acompanha permanentemente o atendimento das condicionantes das licenças ambientais necessárias para o desenvolvimento das suas atividades.

Os Sistemas de Gestão, re-certificado em Pecém II (ISO 14.001 e OHSAS 18.001) no quarto trimestre deste ano em fase de ampliação em Itaqui (ISO 9.001), suportam essas ações corporativas e contribuem para o aprimoramento dos processos internos e para a melhoria contínua da performance das usinas. No quarto trimestre de 2016 as usinas térmicas a carvão mantiveram seus projetos de busca de soluções sustentáveis para o reaproveitamento de resíduos e subprodutos, melhorando assim seus processos em suas estruturas e equipamentos de controle, com expressivos resultados e ganhos ambientais. Neste mesmo período foram emitidas as 12 Licenças Prévias das Centrais Geradoras que integram o Parque Eólico Ventos e foi concluída a ampliação da Estação de Tratamento de Efluentes de Pecém II, tornando mais eficazes as estruturas já existentes.

3. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, outros ativos e passivos financeiros é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo, bem como considerando o pressuposto de continuidade operacional da Companhia conforme planos da Administração, descritos na Nota Explicativa nº 1.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 5.

(a) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC's) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

(b) Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Pelo fato de que as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais, a partir de 2014, não diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas, uma vez que passou a ser permitida a aplicação do método de equivalência patrimonial em controladas, coligadas e joint ventures nas demonstrações separadas. Estas deveriam estar em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro, porém estão divergentes em função do ativo diferido, conforme apresentado abaixo.

A Lei nº 11.941/09, para fins de BR GAAP, extinguiu o ativo diferido, permitindo a manutenção do saldo acumulado até 31 de dezembro de 2008, que poderá ser amortizado em até 10 anos, sujeito ao teste de recuperabilidade - impairment. Com a adoção das normas de IFRS, a Companhia registrou em prejuízos acumulados, no balanço consolidado, o montante de R\$ 26.192, líquido de efeitos fiscais, em 1º de janeiro de 2009, correspondente ao seu ativo diferido e das suas controladas naquela data. Consequentemente, a diferença entre os patrimônios líquidos individual e consolidado está relacionada ao ativo diferido que foi reconhecido em prejuízos acumulados no patrimônio líquido consolidado.

O quadro abaixo demonstra a reconciliação entre os patrimônios líquidos individual e consolidado, em 31 de dezembro de 2016:

	2016
Patrimônio líquido – Controladora	4.494.317
Ativo diferido - Lei nº11.941/09	<u>(639)</u>
Patrimônio líquido - Atribuível aos controladores	<u>4.493.678</u>

Em 31 de dezembro de 2015, o saldo de ativo diferido era R\$ 15.267. A movimentação de R\$ 14.628 ocorrida em 2016, refere-se a baixa do ativo diferido da controlada UTE Porto do Açu, em virtude do reconhecimento de *impairment*, conforme descrito na nota explicativa 12.5.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 24 de março de 2017 e a reapresentação em 14 de setembro de 2017.

(c) Mudanças nas práticas contábeis e divulgações

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2017. A Companhia está avaliando a aplicabilidade dessas novas normas.

Iniciativa de Divulgação (Alterações ao CPC 26 / IAS 7)38

As alterações requerem divulgações adicionais que permitam aos usuários das demonstrações financeiras entender e avaliar as mudanças nos passivos decorrentes de atividades de financiamento, tanto mudanças decorrentes de fluxos de caixa quanto outras mudanças.

As alterações são efetivas para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2017.

Para atender os novos requerimentos de divulgação, A Companhia pretende apresentar uma reconciliação entre os saldos de abertura e fechamento de passivos com mudanças decorrentes de atividades de financiamento.

Reconhecimento de Impostos Diferidos Ativos para Perdas Não Realizadas (Alterações ao CPC 32 / IAS 12)

As alterações esclarecem a contabilização de impostos diferidos ativos para perdas não realizadas em instrumentos de dívida mensurados a valor justo.

As alterações são efetivas para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2017.

A Companhia está avaliando o potencial impacto em suas demonstrações financeiras. Até o momento, a Companhia não espera qualquer impacto significativo.

IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes)

A IFRS 15 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e como a receita é mensurada. A IFRS 15 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 (IAS 18) Receitas, CPC 17 (IAS 11) Contratos de Construção e a CPC 30 Interpretação A (IFRIC 13) Programas de Fidelidade com o Cliente.

A IFRS 15 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018.

A Companhia está avaliando o potencial impacto em suas demonstrações financeiras. Até o momento, a Companhia não espera qualquer impacto significativo.

IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)

A IFRS 9 substitui as orientações existentes na IAS 39 (CPC 38) Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 inclui novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A nova norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39.

A IFRS 9 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018.

O impacto efetivo da adoção da IFRS 9 nas demonstrações financeiras da Companhia em 2018 não pode ser estimado com confiança, pois dependerá dos instrumentos financeiros que a Companhia detiver e das condições econômicas em 2018, bem como de decisões e julgamentos contábeis que a Companhia fará no futuro. A nova norma exigirá que a Companhia revise seus processos contábeis e controles internos relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros e essas alterações ainda não estão finalizadas.

IFRS 16 Leases (Arrendamentos)

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019.

A Companhia está avaliando o potencial impacto em suas demonstrações financeiras.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS.

(d) Reapresentação das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016

Em conexão com o registro público de oferta de ações da Companhia, em atendimento às exigências ao Ofício CVM no. 58/2017/CVM/SRE/SEP e em consonância com o CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de Erros e CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Financeiras, certas notas explicativas de 31 de dezembro de 2016 estão sendo reapresentadas, para o seu aprimoramento, decorrentes dos seguintes assuntos:

- i) Reclassificação dos saldos de aplicações em títulos públicos (LFTs) da rubrica “caixa e equivalentes de caixa” para “títulos e valores mobiliários” nos montantes de R\$ 36.866 na controladora e de R\$ 128.557 no consolidado.
- ii) Reclassificação dos depósitos vinculados do Ativo consolidado para o grupo de Empréstimos e Financiamentos consolidado em 31 de dezembro de 2016 no montante de R\$ 155.485 (R\$ 117.070 em 31 de dezembro de 2015).
- iii) Reclassificação das debêntures referentes a 5º emissão de debêntures não conversíveis realizada pela controlada Parnaíba Gás Natural S.A. e subscrita pela Cambuhy I FIP, de partes relacionadas do Passivo para debêntures também no Passivo, no montante de R\$50.790.
- iv) Divulgação de informações previstas no CPC 01 (R1) em relação às premissas-chave utilizadas pela Administração nos testes de recuperabilidade de seus ativos, os quais consideraram o modelo de valor em uso, com base no valor presente do fluxo de caixa por unidade geradora de caixa. As referidas informações estão apresentadas na nota explicativa 13 - Imobilizado e na nota explicativa 14 - Intangível.
- v) Divulgação de informações previstas no CPC 40 (R1) em relação ao valor contábil de cada categoria de ativos e passivos financeiros. As referidas informações estão apresentadas na nota explicativa 19 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos.
- vi) Correção de inconsistências de referências cruzadas entre notas explicativas, as quais foram corrigidas na nota explicativa 18 - Debêntures e na nota explicativa 20 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos.
- vii) Correção de inconsistência na divulgação dos cenários alternativos de fluxo de caixa relacionados aos juros flutuantes calculados pela Administração. As informações corrigidas estão apresentadas no item 20.1.3 da nota explicativa 20 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos.
- viii) Correção de inconsistência no cálculo do resultado por ação referente ao exercício de 2016 e exercício comparativo de 2015. As informações corrigidas estão apresentadas na nota explicativa 23 - Resultado por ação.
- vix) Rerratificação do capital social e da reserva de capital da Companhia, considerando a deliberação constante da ata da Reunião do Conselho de Administração de 10 de maio de 2017, que alterou a abertura entre capital social e reserva de capital, bem como rerratificação do capital social conforme AGE de 11 de setembro de 2017.

	Balço patrimonial - Controladora em 31 de dezembro de 2016			Balço patrimonial - Consolidado em 31 de dezembro de 2016		
	Originalmente Apresentado	Ajustes	Reapresentado	Originalmente Apresentado	Ajustes	Reapresentado
Ativo						
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	107.836	(36.866) (i)	70.970	622.554	(128.557) (i)	493.997
Títulos e valores mobiliários	-	36.866 (i)	36.866	4.200	128.557 (i)	132.757
Contas a receber	-	-	-	315.153	-	315.153
Estoques	-	-	-	163.188	-	163.188
Despesas antecipadas	29	-	29	17.724	-	17.724
Impostos a recuperar	13.297	-	13.297	101.341	-	101.341
Dividendos a receber	-	-	-	-	-	-
Adiantamentos diversos	84	-	84	249	-	249
Depósitos vinculados	51	-	51	51	-	51
Adiantamentos a fornecedores	1.256	-	1.256	9.485	-	9.485
Outros créditos	-	-	-	15.656	-	15.656
	<u>122.553</u>	<u>-</u>	<u>122.553</u>	<u>1.249.601</u>	<u>-</u>	<u>1.249.601</u>
Não circulante						
Realizável a longo prazo						
Despesas antecipadas	785	-	785	7.502	-	7.502
Depósitos vinculados	4	-	4	187.637	(155.485) (ii)	32.152
Contas a receber	-	-	-	10.366	-	10.366
Imposto a recuperar	69.537	-	69.537	166.946	-	166.946
Imp. de renda e contr. social diferidos	-	-	-	396.295	-	396.295
Operações com partes relacionadas	777.478	-	777.478	265.239	-	265.239
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	-	-
Outros créditos	-	-	-	7.014	-	7.014
	<u>847.804</u>	<u>-</u>	<u>847.804</u>	<u>1.040.999</u>	<u>(155.485)</u>	<u>885.514</u>
Investimentos	5.051.403	-	5.051.403	440.843	-	440.843
Imobilizado	14.859	-	14.859	6.528.059	-	6.528.059
Intangível	3.111	-	3.111	1.256.554	-	1.256.554
	<u>5.917.177</u>	<u>-</u>	<u>5.917.177</u>	<u>9.266.455</u>	<u>-</u>	<u>9.110.970</u>
	<u>6.039.730</u>	<u>-</u>	<u>6.039.730</u>	<u>10.516.056</u>	<u>(155.485)</u>	<u>10.360.571</u>

	Balço patrimonial - Controladora em 31 de dezembro de 2016			Balço patrimonial - Consolidado em 31 de dezembro de 2016		
	Originalmente Apresentado	Ajustes	Reapresentado	Originalmente Apresentado	Ajustes	Reapresentado
Passivo						
Circulante						
Fornecedores	12.067	-	12.067	177.249	-	177.249
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	988.021	-	988.021
Debêntures	-	-	-	204.952	50.790 (iii)	255.742
Impostos e contribuições a recolher	5.087	-	5.087	153.454	-	153.454
Obrigações sociais e trabalhistas	2.803	-	2.803	37.021	-	37.021
Operações com partes relacionadas	-	-	-	19.745	(3.192) (iii)	16.553
Retenção contratual	-	-	-	4.330	-	4.330
Participações nos lucros	8.714	-	8.714	23.843	-	23.843
Contas a pagar - setor elétrico	-	-	-	48.065	-	48.065
Provisão de custo por indisponibilidade	-	-	-	2.696	-	2.696
Pesq. e desenvolv. - setor elétrico	-	-	-	29.178	-	29.178
Outras obrigações	29	-	29	4.821	-	4.822
	<u>28.700</u>	<u>-</u>	<u>28.700</u>	<u>1.693.375</u>	<u>47.599</u>	<u>1.740.973</u>
Não circulante						
Fornecedores	3.552	-	3.552	5.410	-	5.410
Empréstimos e financiamentos	1.228.617	-	1.228.617	3.264.762	(155.485) (ii)	3.109.277
Debêntures	-	-	-	637.818	(47.599) (iii)	590.219
Operações com partes relacionadas	38.948	-	38.948	101.836	-	101.836
Provisão para passivo a descoberto	38.546	-	38.546	2.691	-	2.691
Provisão de abandono	-	-	-	52.985	-	52.985
Prov. de custo por indisponibilidade	-	-	-	1.110	-	1.110
Imp. de renda e contr. social diferidos	207.050	-	207.050	252.657	-	252.657
Outras obrigações	-	-	-	22.604	-	22.604
	<u>1.516.713</u>	<u>-</u>	<u>1.516.713</u>	<u>4.341.873</u>	<u>(203.084)</u>	<u>4.138.789</u>
Total passivo	1.545.413	-	1.545.413	6.035.248	(155.485)	5.879.762
Patrimônio líquido						
Capital social	8.025.933	(1.811)	8.024.122	8.025.933	(1.811)	8.024.122
Reserva de capital	8.328	1.811	10.834	8.328	1.811	10.834
Ajuste de avaliação Patrimonial	1.879	-	1.879	1.879	-	1.879
Prejuízos acumulados	(3.542.518)	-	(3.542.518)	(3.543.157)	-	(3.543.157)
Patrimônio líquido atribuível aos controladores	4.494.317	-	4.494.317	4.493.678	-	4.493.678
Participações de acionistas não controladores	-	-	-	(12.870)	-	(12.870)
Total do patrimônio líquido	4.494.317	-	4.494.317	4.480.808	-	4.480.808
	6.039.730	-	6.039.730	10.516.056	(155.585)	10.360.571

	Demonstrações dos Fluxos de Caixa Controladora em 31 de dezembro de 2016			Demonstrações dos Fluxos de Caixa Consolidado em 31 de dezembro de 2016		
	Originalmente Apresentado	Ajustes	Reapresentado	Originalmente Apresentado	Ajustes	Reapresentado
(Prejuízo)/ Lucro antes dos Impostos, incluindo operações	(57.995)	-	(57.995)	11.713	-	11.713
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	38.576	-	38.576	664.977	-	664.977
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos	(53.083)	(36.866) (i)	(89.949)	(99.610)	(128.557) (i)	(228.167)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamentos	49.152	-	49.152	(190.228)	-	(190.228)
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	34.645	(36.866) (i)	(2.221)	375.139	(128.557) (i)	246.582
No início do exercício	73.191	-	73.191	247.415	-	247.415
No final do exercício	107.836	(36.866) (i)	70.970	622.554	(128.557) (i)	493.997

	Balço patrimonial - Controladora em 31 de dezembro de 2015			Balço patrimonial - Consolidado em 31 de dezembro de 2015		
	Originalmente Apresentado	Ajustes	Reapresentado	Originalmente Apresentado	Ajustes	Reapresentado
Ativo						
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	73.191	-	73.191	247.415	-	247.415
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	1.200	-	1.200
Contas a receber	-	-	-	338.580	-	338.580
Estoques	-	-	-	129.203	-	129.203
Despesas antecipadas	401	-	401	50.076	-	50.076
Impostos a recuperar	24.570	-	24.570	79.050	-	79.050
Ganhos com derivativos	-	-	-	103	-	103
Adiantamentos diversos	3.950	-	3.950	35.356	-	35.356
Dividendos a receber	1.630	-	1.630	-	-	-
Depósitos vinculados	34.596	(34.550)	46	36.328	1.801- (ii)	38.129
Adiantamentos a fornecedores	-	-	-	4.246	-	4.246
	<u>138.338</u>	<u>(34.550)</u>	<u>103.788</u>	<u>921.557</u>	<u>1.801</u>	<u>923.358</u>
Não circulante						
Realizável a longo prazo						
Despesas antecipadas	1.572	-	1.572	5.293	-	5.293
Depósitos vinculados	-	-	-	118.947	(118.871) (ii)	76
Contas a receber	-	-	-	29.210	-	29.210
Imposto a recuperar	45.050	-	45.050	52.111	-	52.111
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	-	308.407	-	308.407
Operações com partes relacionadas	941.647	-	941.647	271.324	-	271.324
Outros créditos	2	-	2	2	-	2
	<u>988.271</u>	<u>-</u>	<u>988.271</u>	<u>785.295</u>	<u>(118.871)</u>	<u>666.423</u>
Investimentos	3.640.022	-	3.640.022	519.866	-	519.866
Imobilizado	11.047	-	11.047	5.451.258	-	5.451.258
Intangível	3.014	-	3.014	766.640	-	766.640
	<u>4.642.354</u>	<u>-</u>	<u>4.642.354</u>	<u>7.253.059</u>	<u>-</u>	<u>7.404.187</u>
	<u>4.780.692</u>	<u>(34.550)</u>	<u>4.746.142</u>	<u>8.444.615</u>	<u>(117.070)</u>	<u>8.327.545</u>

	Balço patrimonial - Controladora em 31 de dezembro de 2015			Balço patrimonial - Consolidado em 31 de dezembro de 2015		
	Originalmente Apresentado	Ajustes	Reapresentado	Originalmente Apresentado	Ajustes	Reapresentado
Passivo						
Circulante						
Fornecedores	3.869	-	3.869	122.706	-	122.706
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	837.358	-	837.358
Debêntures	-	-	-	173.261	-	173.261
Impostos e contribuições a recolher	3.460	-	3.460	61.336	-	61.336
Obrigações sociais e trabalhistas	8.211	-	8.211	20.598	-	20.598
Operações com partes relacionadas	-	-	-	67.695	-	67.695
Retenção contratual	-	-	-	4.450	-	4.450
Participações nos lucros	7.677	-	7.677	22.087	-	22.087
Dividendos a pagar	-	-	-	3.331	-	3.331
Contas a pagar - setor elétrico	-	-	-	63.044	-	63.044
Provisão de custo por indisponibilidade	-	-	-	2.577	-	2.577
Outras obrigações	90	-	90	91	-	91
Créditos a pagar ao operador	-	-	-	34.927	-	34.927
Adiantamentos de clientes	-	-	-	9	-	9
Pesquisa e desenvolvimento - setor elétrico	-	-	-	20.148	-	20.148
	<u>23.307</u>	<u>-</u>	<u>23.307</u>	<u>1.378.534</u>	<u>-</u>	<u>1.433.618</u>
Não circulante						
Fornecedores	3.273	-	3.273	4.279	-	4.279
Empréstimos e financiamentos	1.103.252	(34.550)	1.068.702	3.198.263	(117.070)	3.081.193
Debêntures	-	-	-	-	-	-
Operações com partes relacionadas	38.053	-	38.053	41.238	-	41.238
Provisão para passivo a descoberto	10.525	-	10.525	-	-	-
Compra de energia	-	-	-	130.124	-	130.124
Provisão de abandono	-	-	-	27.705	-	27.705
Provisão de custo por indisponibilidade	-	-	-	3.148	-	3.148
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	-	23.185	-	23.185
Outras obrigações	-	-	-	5.876	-	5.876
	<u>1.155.103</u>	<u>(34.550)</u>	<u>1.120.553</u>	<u>3.433.818</u>	<u>(117.070)</u>	<u>3.316.748</u>
Total Passivo	<u>1.178.410</u>	<u>(34.550)</u>	<u>1.143.860</u>	<u>4.812.352</u>	<u>(117.070)</u>	<u>4.750.366</u>
Patrimônio líquido						
Capital social	7.007.629	-	7.007.629	7.007.629	-	7.007.629
Reserva de capital	14.438	-	14.438	14.438	-	14.438
Ajuste de avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-
Prejuízos acumulados	(3.419.785)	-	(3.419.785)	(3.435.053)	-	(3.435.053)
Patrimônio líquido atribuível aos controladores	<u>3.602.282</u>	<u>-</u>	<u>3.602.282</u>	<u>3.587.014</u>	<u>-</u>	<u>3.587.014</u>
Participações de acionistas não controladores	-	-	-	(9.835)	-	(9.835)
Total do patrimônio líquido	<u>3.602.282</u>	<u>-</u>	<u>3.602.282</u>	<u>3.577.179</u>	<u>-</u>	<u>3.577.179</u>
	<u>5.142.302</u>	<u>(34.550)</u>	<u>4.746.142</u>	<u>8.389.531</u>	<u>(117.070)</u>	<u>8.327.545</u>

4. Resumo das principais práticas e políticas contábeis

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida.

4.1 Consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da controladora, daquelas empresas onde a Companhia detém o controle (diretamente e indiretamente) e dos Fundos Exclusivos, conforme detalhadas na Nota Explicativa nº 11.2.

As seguintes métricas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas:

(a) Controladas

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais o Grupo detém o controle. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de exercer o controle.

Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos, inclusive os passivos contingentes assumidos para a aquisição de controladas em uma combinação de negócios, são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. O Grupo reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

(b) Transações com participações de não controladores

O Grupo trata as transações com participações de não controladores como transações com proprietários de ativos do Grupo. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações de não controladores também são registrados diretamente no patrimônio líquido, na conta "Reserva de capital".

(c) Coligadas e empreendimentos controlados em conjunto

Coligadas são todas as entidades sobre as quais o Grupo tem influência significativa, mas não o controle, geralmente por meio de uma participação societária de 20% a 50% dos direitos de voto.

Acordos em conjunto são todas as entidades sobre as quais o Grupo tem controle compartilhado com uma ou mais partes. Os investimentos em acordos em conjunto são classificados como operações em conjunto (*joint operations*) ou empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*) dependendo dos direitos e das obrigações contratuais de cada investidor.

Os investimentos em coligadas e *joint ventures* são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. O investimento do Grupo em coligadas e *joint ventures* inclui o ágio identificado na aquisição, líquido de qualquer perda por *impairment* acumulada. Ver Nota 4.9 sobre *impairment* de ativos não financeiros, incluindo ágio.

A participação do Grupo nos lucros ou prejuízos de suas coligadas e *joint ventures* é reconhecida na demonstração do resultado e a participação nas mutações das reservas é reconhecida nas reservas do

Grupo. Quando a participação do Grupo nas perdas de uma coligada ou *joint venture* for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer outros recebíveis, o Grupo não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da coligada ou controlada em conjunto.

Os ganhos não realizados das operações entre o Grupo e suas coligadas e joint ventures são eliminados na proporção da participação do Grupo. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. As políticas contábeis das coligadas são alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

Se a participação societária na coligada for reduzida, mas for retida influência significativa, somente uma parte proporcional dos valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes será reclassificada para o resultado, quando apropriado.

Os ganhos e as perdas de diluição, ocorridos em participações em coligadas, são reconhecidos na demonstração do resultado.

4.2 Apresentação de informações por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria Executiva, também responsável pela tomada das decisões estratégicas da Companhia.

4.3 Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas ligadas à Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual cada empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação da Companhia.

(b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são reavaliados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando qualificadas como hedge accounting e, portanto, diferidos no patrimônio como operações de hedge de fluxo de caixa.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com operações comerciais, empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

(c) Empresas com moeda funcional diferente

Os resultados e a posição financeira da controladora Parnaíba B.V., cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação, são convertidos na moeda de apresentação, como segue:

- (i) Os ativos e passivos de cada balanço patrimonial apresentado são convertidos pela taxa de fechamento da data do balanço.

- (ii) As receitas e despesas de cada demonstração do resultado são convertidas pelas taxas de câmbio médias (a menos que essa média não seja uma aproximação razoável do efeito cumulativo das taxas vigentes nas datas das operações, e, nesse caso, as receitas e despesas são convertidas pela taxa das datas das operações).
- (iii) Todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas como um componente separado no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial". Quando uma operação no exterior é parcialmente alienada ou vendida, as diferenças de câmbio que foram registradas no patrimônio são reconhecidas na demonstração do resultado como parte de ganho ou perda da venda.

Na consolidação, as diferenças de câmbio decorrentes da conversão do investimento líquido em operações no exterior são reconhecidas no patrimônio líquido. Quando uma operação no exterior é parcialmente alienada ou vendida, as diferenças de câmbio que foram registradas no patrimônio são reconhecidas na demonstração do resultado como parte de ganho ou perda da venda.

4.4 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado, líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa.

4.5 Ativos financeiros

(a) Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

(i) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os derivativos também são categorizados como mantidos para negociação, a menos que tenham sido designados como instrumentos de hedge.

(ii) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes).

(b) Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Receita ou despesa financeira" no período em que ocorrem.

As variações cambiais de títulos monetários são reconhecidas no resultado.

(c) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(d) Impairment de ativos financeiros

(i) Ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por impairment são incorridas somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por impairment incluem:

- ❖ Dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- ❖ Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- ❖ A Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, estende ao tomador uma concessão que um credor normalmente não consideraria;
- ❖ Torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- ❖ O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- ❖ Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
 - Mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira; e
 - Condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

O montante da perda por impairment é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor, original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por impairment é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o impairment com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável. Se, num período subsequente, o valor da perda por impairment diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o impairment ser reconhecido

(como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

4.6 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de energia elétrica no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a perda estimada para créditos de liquidação duvidosa ("PECLD" ou impairment).

A Companhia avalia suas operações, considerando a natureza do negócio e o perfil desses clientes, e, constitui perda estimada para crédito de liquidação duvidosa – PECLD para os valores em atraso com mais de 180 dias para saldos com empresas que não fazem parte do mesmo Grupo, conforme política interna.

4.7 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada móvel. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda.

4.8 Ativos intangíveis

(a) Ágio

O ágio (goodwill) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio oriundo de aquisições de controladas é registrado como "Ativo intangível" nas demonstrações financeiras consolidadas. No caso de apuração de compra vantajosa, o montante é registrado como ganho no resultado do período, na data da aquisição. O ágio é testado anualmente para verificar perdas (impairment). Ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos os encargos de amortização e as perdas acumuladas por impairment.

O prazo de amortização do ágio está vinculado ao período de autorização das plantas.

Perdas por impairment reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

O ágio é alocado a Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de impairment. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional.

(b) Contratos de direito de exploração

É referente ao bônus de assinatura pagos para se obter a concessão das atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural em determinados blocos. Inclui, ainda, os gastos associados à aquisição de sistemas e programas de informática.

Amortização

Os bônus de assinatura são amortizados, a partir da declaração de comercialidade e início da produção, pelo método de unidades produzidas.

Os ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros e possuem vida útil finita, são mensurados pelo custo total de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Os outros ativos intangíveis estão representados, principalmente por outorgas de contratos de geração de energia adquiridos de terceiros. Os demais intangíveis são amortizados pelo método linear às taxas mencionadas na Nota Explicativa nº 14, que levam em consideração o tempo de utilização estimado.

4.9 Imobilizado

(a) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria companhia inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração;
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e
- Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

(b) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

(c) Depleção e depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente (conforme demonstrado na nota nº12). Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada limitada ao prazo de autorização/concessão, a não ser que seja certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

Os gastos de exploração e desenvolvimento da produção são depreciados, a partir da declaração de comercialidade e início da produção, pelo método de unidades produzidas. Nesse método a taxa de depreciação mensal é obtida dividindo-se a produção mensal pelo saldo total estimado das reservas (provada mais provável) no início do mês. Anualmente, a Companhia revisa o saldo total das reservas.

(d) Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustados por impairment, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do impairment na data do balanço.

As estimativas de recuperação dos ativos não financeiros foram fundamentadas nas projeções dos fluxos de caixa levando em consideração premissas financeiras e de negócios consideradas no encerramento do exercício. Consequentemente, as estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro, tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões.

4.10 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

4.11 Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos e financiamentos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo imobilizado quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

4.12 Provisões

As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

4.13 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço dos países em que as entidades da Companhia atuam e geram lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data das Demonstrações Financeiras.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras e também dos prejuízos fiscais apurados.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes dos investimentos em controladas, exceto quando o momento da reversão das diferenças temporárias seja controlado pela Companhia, e desde que seja provável que a diferença temporária não será revertida em um futuro previsível.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido.

4.14 Benefícios a empregados

(a) Participação nos resultados

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia, que leva em conta o lucro atribuído aos acionistas da Companhia após certos ajustes. A Companhia reconhece uma provisão quando estiver contratualmente obrigado ou quando houver uma prática anterior que tenha gerado uma obrigação não formalizada (*contractive obligation*).

4.15 Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

4.16 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de energia elétrica no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas do Grupo.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança quando, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

(a) Venda de energia

As receitas decorrem de contratos de fornecimento de energia elétrica, sendo parcela mensal fixa e parcela variável de acordo com a demanda requerida pelo Operador Nacional do Sistema - ONS. A receita pela venda de energia elétrica é reconhecida por medição equivalente ao volume de energia transferido para o cliente e através de estimativas para mensurar a energia entregue, mas ainda não considerado pelas medições anteriores ao fechamento do exercício.

(b) Produção e venda de gás natural

A receita pela venda de gás natural e da capacidade de tratamento de gás é reconhecida por medição equivalente ao volume de gás transferido para o cliente ou quando disponibilizada conforme previsões contratuais.

(c) Comercialização de energia

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de energia elétrica tanto no mercado regulado como também no mercado livre.

(d) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

4.17 Arrendamentos

Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são reconhecidos na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

4.18 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base no

estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Conselho de Administração.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

4.19 Compromissos assumidos

A Companhia divulga os compromissos assumidos oriundos de operações de Ativo Imobilizado, Ativo Intangível e Arrendamento Mercantil.

Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia possui compromissos assumidos com o Programa de Exploração Mínimo da controlada Parnaíba Gás Natural S.A., conforme descrito na nota explicativa nº30.

5. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

5.1 Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes, raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

(a) Perda (*impairment*) dos ativos não circulantes

A Companhia testa eventuais perdas (*impairment*) nos ativos imobilizado e intangível, de acordo com as políticas contábeis descritas na Nota 4.10. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados utilizando premissas e estimativas formadas com base, principalmente, em estudos acerca do mercado regulado de comercialização de energia elétrica. Essas premissas e estimativas foram discutidas com os gestores operacionais e foram revisadas e aprovadas pela Administração.

(b) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

A avaliação de realização dos tributos diferidos esta apresentada na nota explicativa nº10 – Impostos a recuperar e diferidos, a seguir.

6. Caixa e equivalente de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Caixa e bancos	441	490	54.894	35.891
Fundo de Investimento FICFI RF CP ENEVA	(a) 70.529	72.701	245.945	173.923
CDB/Compromissadas	(b) -	-	193.158	37.601
	70.970	73.191	493.997	247.415

- (a) Refere-se substancialmente a cotas de fundos de investimento com alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, independentemente do vencimento dos ativos e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Trata-se do Fundo de investimentos em Cotas de FI Multimercado Crédito Privado Eneva administrado pelo Banco Itaú, principalmente por Certificados Depósitos Bancários - CDBs e operações compromissadas emitidas por empresas e instituições financeiras de primeira linha, todos vinculados a taxas pós-fixadas e com rentabilidade média no ano sobre o DI CETIP ("CDI") de 100,6% (taxa nominal na curva). As operações compromissadas, lastreadas por debêntures, registradas na CETIP ou SELIC, quando aplicável, possuem garantia de recompra diária a uma taxa previamente estabelecida pelas instituições financeiras. A carteira é composta por 27% de operações compromissadas, 39% de CDBs e 34% de LFTs, em 31 de dezembro de 2016.
- (b) Representam valores investidos em CDBs e Compromissadas emitidos por instituições financeiras de primeira linha, todos vinculados a taxas pós-fixadas e com rentabilidade média no ano sobre o DI CETIP ("CDI") de 99,7% (taxa nominal na curva). As empresas que detêm esses valores são as controladas Itaqui Geração de Energia S.A., Parnaíba Gás Natural S.A. e Parnaíba III Geração de Energia S.A..

Abaixo a composição da carteira do Fundo de Investimento FICFI RF CP ENEVA, detalhada por operação:

	Consolidado	
	2016	2015
CDBs	145.946	91.198
Compromissadas	99.999	82.725
	245.945	173.923

Este fundo registrou despesas operacionais de R\$ 16 mil em 2016.

7. Títulos e valores mobiliários

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Letras Financeiras do Tesouro ("LFT's") (a)	36.866	-	132.757	1.200
	36.866	-	132.757	1.200
Circulante	36.866	-	132.757	1.200

- (a) LFTs são títulos pós-fixado cuja remuneração é dada pela variação da taxa SELIC diária registrada entre a data de liquidação da compra e a data de vencimento. Em 31 de dezembro de 2016, a carteira de LFTs da companhia contém títulos cujos vencimentos ocorrem entre 2019 e 2022, no entanto dada sua alta liquidez no mercado secundário, podem ser prontamente conversíveis em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

8. Depósitos vinculados

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
BNDES - Porto do Pecém	55-	46	54-	46
COPEN - Eneva Comercializadora	(a) -	-	-	38.083
ICMS Carvão de Itaqui	(b) -	-	31.921	-
BPMB	-	-	228	-
Depósito vinculado – 13º rodada ANP	-	-	-	76
	55	46	32.203	38.171
Circulante	51	46	51	38.129
Não circulante	4	-	32.152	76

- (a) Este depósito é referente a processo administrativa entre Eneva Comercializadora de Energia e a COPEN. A disputa visava apurar a validade dos contratos de compra de energia firmado entre as partes, sendo a COPEN vendedora e a Eneva Comercializadora compradora. A vendedora não entregou a energia que se destinava à revenda, em contratos de curto prazo. Por esse motivo a Eneva Comercializadora ficou exposta perante a CCEE, sendo obrigada a compra energia no mercado varejista para honrar com seus contratos. Neste período a Eneva Comercializadora reconheceu um custo adicional ao do contrato com a COPEN, relativo a compra de energia no mercado varejista, em contrapartida de uma provisão passiva relativa a esses custos adicionais.

Em 07 de novembro de 2016, foi proferida a sentença do processo arbitral, instaurado entre as empresas. Com a decisão favorável à Eneva Comercializadora de Energia, transferimos o depósito realizado para a COPEN e também baixamos a provisão de compra de energia, no montante de R\$119.751. Portanto, com o término da disputa administrativa a Eneva Comercializadora reconheceu em resultado o custo real da operação de compra de energia, fruto do contrato com a COPEN, R\$ 36.438 e estornou a provisão de compra de energia que havia constituído pelo preço de varejo da energia. Essa operação gerou um efeito em resultado, líquido de impostos, de redução de custos no montante de R\$63.676.

- (b) Refere-se a depósito judicial do ICMS sobre as cargas de carvão de Itaqui. Em contrapartida, a Companhia mantém provisão em montante equivalente, registrado na rubrica Impostos e contribuições a recolher.

9. Contas a receber

		Consolidado	
		2016	2015
Contratos de comercialização de energia elétrica no ambiente regulado (CCEAR):			
Itaqui Geração de Energia S.A.	(a)	75.192	106.653
Parnaíba Geração de Energia S.A.	(a)	134.828	153.380
Parnaíba II Geração de Energia S.A.	(b)	78.943	7.182
Parnaíba III Geração de Energia S.A.	(a)	26.693	50.326
Contratos de comercialização de energia elétrica no ambiente livre e contratos bilaterais:			
Parnaíba Geração e Comercialização de Energia S.A.		5.308	15.475
Parnaíba IV Geração de Energia S.A.		1.407	1.407
Eneva Comercializadora de Energia Ltda.		39.739	38.718
Tauá Geração de Energia Ltda.		1.244	1.222
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(c)	(37.836)	(6.573)
		325.519	367.790
Circulante		315.153	338.580
Não circulante		10.366	29.210

- (a) A redução observada está relacionada a curva de despacho, que em 2016 foi, em média, 11% menor que em 2015;
- (b) Contas a receber referente (i) a contrato de comercialização de energia elétrica no ambiente regulado (CCEAR), iniciado em julho de 2016, no montante de R\$71.411 e (ii) operações de venda de energia no mercado livre, no montante de R\$ 7.532 (R\$ 7.182 em 31 de dezembro de 2015), realizadas antes do início da vigência do CCEAR da controlada;
- (c) A Companhia avaliou suas operações e considerando a natureza do negócio e o perfil desses clientes, em conformidade com as práticas contábeis destacadas na nota 4 anteriormente, constituiu Perda Estimada para Crédito de Liquidação Duvidosa – PECLD para os valores em atraso há mais de 180 dias, entre as empresas não ligadas, conforme determina a política interna da Companhia. A movimentação do período foi:

	Clientes Contrato de Comercialização de Energia em Ambiente Regulado ("CCEAR") (I)	Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE") (II)	Energias do Brasil S.A. (III)	Total
Saldo em 31/12/2015	596	5.977	-	6.573
Provisões	2.591	14.533	20.122	37.246
Reversões	(6)	(5.977)	-	(5.983)
Saldo em 31/12/2016	3.181	14.533	20.122	37.836
Saldo em 31/12/2015	596	5.977	-	6.573
Saldo em 31/12/2016	3.181	14.533	20.122	37.836

- I. Refere-se a inadimplência de diferentes distribuidoras no âmbito dos CCEAR's. As controladas Itaqui, Parnaíba I e Parnaíba III, são afetadas por essa inadimplência, por isso registramos estimativa de perda da totalidade do saldo a receber, sendo R\$ 1.210, R\$ 1.101 e R\$ 280, respectivamente;
- II. Refere-se ao faturamento, que foi liquidado parcialmente. Ingressamos com pedidos de revisão junto a CCEE e o mesmo está sob análise. Este saldo refere-se as empresas: Parnaíba I (R\$7.356), Parnaíba II (R\$5.770) e Parnaíba IV (R\$1.407);
- III. Refere-se a faturas contra o cliente Energias do Brasil (EDP). Este montante está em negociação, porém a Administração optou por provisionar a totalidade do saldo, devido à falta de expectativa de recebimento. A contrapartida da provisão está apresentada na nota explicativa nº 25.

Abaixo vencimentos do contas a receber:

Consolidado	
	2016
A vencer	275.029
Até 30 dias	781
De 31 a 60 dias	776
De 61 a 90 dias	190
De 91 a 120 dias	541
De 121 a 180 dias	2.759
De 181 a 360 dias	6.192
Acima de 360 dias	39.251
	325.519

10. Estoques

	Consolidado	
	2016	2015
Óleo diesel, lubrificante e outros consumíveis	(a) 42.288	2.313
Carvão	(b) 39.559	52.645
Peças eletrônicas e mecânicas	(c) 81.341	74.245
	163.188	129.203

- (a) Saldo composto substancialmente por materiais consumíveis no período de um ano, necessários à execução da campanha de perfuração da Parnaíba Gás Natural e BPMB;
- (b) Saldo composto pelo estoque de carvão, adquirido pela controlada Itaqui Geração de Energia S.A., para insumo na geração de energia elétrica e para a formação de estoque de segurança;
- (c) Saldo composto por peças eletrônicas e mecânicas para utilização e reposição nas operações de manutenção realizadas pelas controladas: Itaqui Geração de Energia S.A. (R\$ 31.916), Parnaíba I Geração de Energia S.A. (R\$ 11.947), Parnaíba II Geração de Energia S.A. (R\$ 25.777), Parnaíba III Geração de Energia (R\$4.734), Parnaíba IV Geração de Energia (R\$ 6.957) e Tauá Geração de Energia (R\$10).

11. Impostos a recuperar e diferidos

O saldo da conta de impostos a recuperar está representado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Antecipação de imposto de renda	30.716	28.465	65.849	46.464
Antecipação de contribuição social	531	463	15.069	6.377
Provisão IRRF – Mútuo	51.069	40.118	58.635	45.982
PIS	-	-	19.081	4.338
COFINS	-	-	104.377	20.601
Outros	518	574	5.276	7.399
	82.834	69.620	268.287	131.161
Circulante	13.297	24.570	101.341	79.050
Não circulante	69.537	45.050	166.946	52.111

Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias, entre a base fiscal de ativos e passivos e o seu respectivo valor contábil.

A Companhia, fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, determinada em estudos técnicos aprovados pela Administração, reconheceu os créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social de exercícios anteriores, que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado periodicamente e as projeções são revisadas anualmente, sendo que caso haja fatores relevantes que venham a modificar as projeções, estas são revisadas durante o exercício pela Companhia.

Abaixo a composição do imposto diferido por empresa e natureza:

Consolidado					
2016					
	Ativo Diferido			Passivo Diferido	
	Prejuízo Fiscal/ Base Negativa	Diferenças temporárias	Total	Diferenças temporárias	Líquido
Eneva S.A.	-	-	-	(207.051)	(207.051)
Itaqui	74.920	117.207	192.127	(649)	191.478
Parnaíba I	-	34.081	34.081	(55.155)	(21.074)
Parnaíba III	350	155	505	(8.790)	(8.285)
Parnaíba IV	-	-	-	(1.857)	(1.857)
Comercializadora de Energia	21.851	-	21.851	-	21.851
Parnaíba II	102.846	7.829	110.675	-	110.674
BPMB	-	5.003	5.003	-	5.003
PGN	39.291	27.997	67.289	-	67.289
Amapari	-	-	-	(1.165)	(1.165)
Seival Geração	-	-	-	(11.178)	(11.178)
Termo Pantanal	-	-	-	(2.049)	(2.049)
	239.258	192.272	431.530	287.893	-
Ativo Diferido Líquido	396.295				
Passivo Diferido Líquido	(252.657)				

Consolidado					
2015					
	Ativo Diferido			Passivo Diferido	
	Prejuízo Fiscal/ Base Negativa	Diferenças temporárias	Total	Diferenças temporárias	Líquido
Itaqui	74.920	117.207	192.127	(649)	191.478
Parnaíba I	2.601	35.503	38.104	(46.899)	(8.795)
Parnaíba III	6.923	2.740	9.663	(6.854)	2.809
Parnaíba IV	6.205	-	6.205	(1.857)	4.348
Comercializadora de Energia	21.851	-	21.851	-	21.851
Parnaíba II	77.731	7.592	85.323	-	85.323
BPMB	-	2.598	2.598	-	2.598
Amapari	-	-	192.127	(1.165)	(1.165)
Seival Geração	-	-	38.104	(11.178)	(11.178)
Termo Pantanal	-	-	9.663	(2.047)	(2.047)
	190.231	165.640	375.871	(70.649)	-
Ativo Diferido Líquido	308.407				
Passivo Diferido Líquido	(23.185)				

Abaixo a composição do imposto diferido por natureza:

	2016	2015
Provisões	26.089	10.275
PIS e COFINS liminar	84	10
Gastos pré-operacionais - RTT ⁽¹⁾	166.099	155.355
Ativo - diferenças temporárias	192.272	165.640

(1) Constituídos sobre saldo de gastos pré-operacionais que, por conta do Regime Tributário de Transição, passaram a ser controlados na Parte B do Lalur e consequentemente, compõem o saldo de prejuízos fiscais.

Em 31 de dezembro de 2016, os tributos calculados sobre o lucro líquido ajustado compreenderam o IRPJ (alíquota de 15% e adicional de 10%) e a CSLL (alíquota de 9%). A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
(Prejuízo) / Lucro líquido do período antes do IRPJ/CSLL (a)	(57.996)	142.638	11.715	111.002
Alíquota nominal - %	34%	34%	34%	34%
IRPJ/CSLL à alíquota nominal	19.719	(48.496)	(3.983)	(37.740)
Resultado de equivalência patrimonial	(22.863)	(33.373)	(13.284)	(16.085)
Diferenças permanentes	(7)	(91)	8.351	(1.515)
Ativo fiscal não constituído (b)	(61.590)	81.960	(143.537)	(25.099)
Redução Benefício SUDENE e PAT	-	-	29.601	38.654
Ajuste de Consolidação (c)	-	-	-	67.894
Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente	-	-	(45.191)	(13.825)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(64.741)	-	(77.661)	39.934
Total IRPJ/CSLL	-	-	(122.852)	26.109

(a) A diferença entre o LAIR apresentado na Demonstração de Resultado e o acima apresentado refere-se ao Prejuízo nas operações descontinuadas - Venda Pecém I no montante de R\$ 36.861;

(b) Refere-se a parcela de impostos diferidos de controladas que não foi registrado devido à incerteza quanto a sua avaliação.

(c) Refere-se o resultado até outubro/2015 das empresas que não eram consolidadas.

Com base na estimativa de geração de lucros tributáveis futuros, através de suas controladas, a Companhia prevê recuperar os créditos tributários a partir do exercício de 2017.

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram fundamentadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração premissas financeiras e de negócios consideradas no encerramento do exercício. Consequentemente, as estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro, tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões.

Com base na estimativa de geração de lucros tributáveis futuros, através de suas controladas, a Companhia prevê recuperar os créditos tributários a partir do exercício de 2017, conforme demonstrado abaixo:

	2017	2018	2019	2020	2021	Acima de 5 anos	Total
Expectativa de realização anual dos impostos diferidos	76.888	61.806	31.496	23.691	27.848	209.801	431.530

12. Investimentos

12.1 Composição dos saldos

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Participações societárias	5.051.308	3.639.927	440.748	519.771
Futura aquisição de investimento	95	95	95	95
	5.051.403	3.640.022	440.843	519.866

12.2 Participações societárias

	Participação Societária	
	2016	2015
Controladas diretas:		
Itaqui Geração de Energia S.A	100,00%	100,00%
Amapari Energia S.A.	51,00%	51,00%
Parnaíba I Geração de Energia S.A	100,00%	100,00%
Parnaíba II Geração de Energia S.A.	100,00%	100,00%
Termopantanal Participações Ltda.	66,67%	66,67%
Tauá II Geração de Energia Ltda.	100,00%	100,00%
Parnaíba V Geração de Energia S.A.	99,99%	99,99%
Eneva Desenvolvimento S.A.	99,99%	99,99%
Eneva Participações S.A.	100,00%	100,00%
BPMB Parnaíba S.A	100,00%	100,00%
Parnaíba Gás Natural S.A. (*)	100,00%	-
Parnaíba B.V.	100,00%	-
Controladas indiretas:		
Termopantanal Ltda.	100,00%	100,00%
Parnaíba Participações S.A.	50,00%	50,00%
Parnaíba III Geração de Energia S.A.	30,00%	30,00%
Parnaíba IV Geração de Energia S.A.	30,00%	30,00%
Parnaíba Geração e Comercialização de Energia S.A.	30,00%	30,00%
Eneva Comercializadora de Energia Ltda.	100,00%	100,00%
Sul Geração Energia Ltda.	50,00%	50,00%
UTE Porto do Açú Energia S.A.	50,00%	50,00%
Açú II Geração de Energia S.A.	50,00%	50,00%
Açú III Geração de Energia Ltda.	100,00%	100,00%
Eneva Solar Empreendimentos Ltda.	50,00%	50,00%
Tauá Geração de Energia Ltda.	100,00%	100,00%
Seival Participações S.A.	50,00%	50,00%
Seival Geração de Energia Ltda.	100,00%	100,00%

(*) Em 2015 a Parnaíba Gás Natural S.A. era Coligada com participação de 27,27%.

As participações societárias da Companhia incluem as controladas (diretas e indiretas), controladas em conjunto e as coligadas. Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, os saldos dos principais grupos de contas das empresas onde a Companhia possui participações societárias são os seguintes:

	2016					
	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Resultado
Controladas (diretas e indiretas)						
Açu II Geração de Energia S.A. (a)	14	3	0	574	(558)	(5.206)
Amapari Energia S.A.	8.558	1.938	31.838	3.340	(24.683)	(6.184)
BPMB Parnaíba Participações S.A	89.935	537.880	107.250	40.952	479.613	80.291
Eneva Desenvolvimento S.A.	4	166	9	511	(350)	0
ENEVA Participações S.A.	2.970	207.690	5.811	65.703	139.147	(43.557)
Itaqui Geração de Energia S.A.	222.520	2.387.455	184.056	1.412.304	1.013.615	(110.113)
Eneva Comercializadora de Energia Ltda	12.746	55.701	35.596	7.677	25.174	43.155
Parnaíba Gás Natural S.A	291.942	1.471.701	373.615	877.400	512.628	(28.449)
Parnaíba Geração e Comercialização de Energia S.A (a)	19.760	4.522	18.649	65.046	(59.413)	(20.762)
Parnaíba I Geração de Energia S.A	241.805	1.178.957	250.530	566.392	603.839	57.329
Parnaíba II Geração de Energia S.A.	224.075	1.394.583	920.340	255.646	442.671	(29.565)
Parnaíba III Geração de Energia S.A (a)	152.791	269.531	62.692	110.162	249.455	64.369
Parnaíba IV Geração de Energia S.A (a)	12.227	214.858	15.964	227.816	(16.695)	(25.696)
Parnaíba Participações S.A. (a)	2.896	262.305	2.287	54.324	208.591	14.630
Parnaíba V Geração de Energia S.A	1	-	-	11	(10)	-
Seival Participações S.A. (a)	5	114	-	24.089	(23.970)	(63.501)
Sul Geração de Energia Ltda. (a)	10	14.029	11	1.172	12.856	(300)
Parnaíba B.V.	20.614	116.510	-	55.010	82.114	18
MPX Energia GMBH	398	-	-	-	398	-
Açu III Geração de Energia Ltda	40	-	-	-	40	(2.484)
Eneva Solar Empreendimentos Ltda	1	6.776	-	17	6.760	(1)
SPE's Ventos						
Tauá II Geração de Energia Ltda.	8	477	-	58	427	-
Termopantanal Participações Ltda.	9	400	1	2.726	(2.318)	-
UTE Porto do Açu Energia S.A.	353	1.504	801	1.456	(399)	(39.654)
Controladas em Conjunto						
MABE Construção e Administração de Projetos Ltda.	82.636	18.385	33.285	74.920	(7.184)	(6.177)
OGMP Transporte Aéreo Ltda.	33	1.084	-	859	258	(113)
Pecém II Participações S.A	484	693.750	35	21.682	672.518	(63.430)
PO&M - Pecém Operação e Manutenção de Geração Elétrica S.A.	5.497	329	3.027	4.522	(1.399)	(324)
Porto do Pecém Transportadora de Minérios S.A.	22.290	188	12.274	-	10.204	6.379
Coligadas						
Seival Sul Mineração Ltda.	2.484	49.382	383	35.241	16.242	1.345

	2015					
	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Resultado
Controladas (diretas e indiretas)						
Itaqui Geração de Energia S.A.	241.954	2.416.553	120.973	1.745.901	791.633	-66.162
Amapari Energia S.A.	11.821	530	29.312	1.538	-18.499	-11.281
UTE Porto do Açu Energia S.A. (a)	4.282	44.941	4	6.395	42.824	-1.389
Sul Geração de Energia Ltda. (a)	32	13.970	8	1.069	12.926	280
Termopantanal Participações Ltda.	10	7.464	1	9.731	-2.258	-
Parnaíba I Geração de Energia S.A	205.348	1.207.607	119.895	729.887	563.174	89.787
Seival Participações S.A. (a)	5	39.717	-	242	39.480	-178
Parnaíba II Geração de Energia S.A.	69.772	1.392.070	745.432	320.557	395.853	-135.463
ENEVA Participações S.A.	2.957	244.146	8.402	103.403	135.298	-1.010
Açu II Geração de Energia S.A. (a)	9	2.603	1	287	2.324	-1
Parnaíba Participações S.A. (a)	806	124.159	996	18.661	105.307	10.713
ENEVA Investimentos S.A.	1	-	-	11	-10	-1
ENEVA Desenvolvimento S.A.	5	167	10	511	-350	-10
Tauá II Geração de Energia Ltda.	8	477	-	58	427	-15
BPMB Parnaíba Participações S.A	37.200	598.533	150.487	27.705	457.541	31.962
Parnaíba III Geração de Energia S.A (a)	169.741	265.650	196.602	23.024	215.765	47.223
Parnaíba IV Geração de Energia S.A (a)	18.979	202.339	10.175	202.142	9.001	-2.349
Parnaíba Geração e Comercializadora de Energia S.A (a)	20.054	83	10.096	48.693	-38.651	2.719
Controladas em Conjunto						
MABE Construção e Administração de Projetos Ltda.	84.171	18.426	33.915	68.674	8	-39
OGMP Transporte Aéreo Ltda.	33	13.921	-	859	13.094	-113
Pecém II Participações S.A	4.777	755.978	3.160	3.864	753.731	130
PO&M - Pecém Operação e Manutenção de Geração Elétrica S.A.	4.536	329	1.758	3.013	94	258
Porto do Pecém Transportadora de Minérios S.A.	13.487	148	9.314	-	4.321	-2.088
Coligadas						
Seival Sul Mineração Ltda.	92	4.914	29	20	4.957	-3.697

(a) Conforme demonstrado no organograma do Grupo, apresentado na nota explicativa nº1, a Eneva S.A. possui participação direta nessas subsidiárias e também participação indireta, através da controlada Eneva Participações S.A.. Por isso, nos quadros acima demonstramos o percentual de participação de 100%, considerando a participação final da Companhia.

Investimentos

O saldo das participações societárias no grupo de investimentos está apresentado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Investimentos - valor patrimonial (a)	4.086.923	3.180.364	347.513	519.866
Mais valia de ativos (b)	774.651	315.310	93.330	-
Direito de concessão (c)	189.829	144.348	-	-
	5.051.403	3.640.022	440.843	519.866

(a) Muta  o do Investimento – valor patrimonial

Investimentos	%	Saldo em 2015	Integrati-za��o de Capital	Integrati-za��o via AFAC	Equival��ncia	Dividendos e JSCP – Recebidos	Combina��o de neg��cios	Ajuste de Convers��o	Amorti-za��o	Saldo em 2016
A�� II Gera��o de Energia S.A. (i) (ii)	-	2.324	-	-	(2.324)	-	-	-	-	-
BPMB Parna��ba S.A.	100	457.541	-	-	80.291	(12.508)	-	-	-	525.324
Eneva Participa��es S.A.	100	196.230	-	56.032	(12.695)	-	-	-	-	239.567
Futura aquisi��o de investimento	-	95	-	-	-	-	-	-	-	95
Itaqui Gera��o de Energia S.A.	100	791.633	-	332.095	(109.206)	-	-	-	-	1.014.522
MPX ENERGIA GMBH	100	103	295	-	-	-	-	-	-	398
Parna��ba G��s Natural S.A. (iii)	100	180.421	-	-	13.773	-	499.618	-	-	660.942
Parna��ba I Gera��o de Energia S.A.	100	563.174	-	-	57.937	(16.664)	-	-	-	604.447
Parna��ba II Gera��o de Energia S.A.	100	395.853	36.384	40.000	(49.306)	-	-	-	-	422.931
Parna��ba III Gera��o de Energia S.A.	30	64.729	-	-	19.310	(8.999)	-	-	-	75.040
Parna��ba IV Gera��o de Energia S.A.	30	2.700	-	-	(2.700)	-	-	-	-	-
Parna��ba Participa��es S.A.	50	105.307	-	-	7.316	(7.817)	-	-	-	104.806
Parna��ba Gera��o e Comercializa��o de Energia S.A.	30	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pec��m II Participa��es S.A.	50	367.974	-	-	(32.406)	-	-	-	-	335.568
Pec��m Opera��o e Manuten��o de Unidades de Gera��o El��trica S.A.	50	35	-	-	(35)	-	-	-	-	-
Porto do Pec��m Transportadora de Min��rios S.A.	50	2.161	-	-	1.796	(248)	-	-	-	3.709
Seival Participa��es S.A.	50	19.740	-	25	(19.765)	-	-	-	-	-
Seival Sul Minera��o Ltda.	30	1.783	5.783	-	317	-	-	-	-	7.883
Sul Gera��o de Energia Ltda.	50	6.463	-	150	(150)	-	-	-	-	6.463
Tau�� II Gera��o de Energia Ltda.	100	427	-	-	-	-	-	-	-	427
UTE Porto do A�� Energia S.A. (ii)	50	21.413	-	535	(19.628)	-	-	-	(2.320)	-
Parna��ba B.V.	100	-	-	-	18	-	82.904	1.879	-	84.801
		3.147.237	42.462	428.837	(67.458)	(46.236)	582.522	1.879	(2.320)	4.086.923

- Investimento reclassificado para a conta passivo a descoberto, conforme apresentado nesta Nota Explicativa, item 11.2 – Participa  es societárias.
- Em 04 de julho de 2016, a controlada UTE Porto do A   Energia S.A. celebrou acordo com a PRUMO Logística S.A., com o objetivo de transferir a licença ambiental para implanta  o de projeto termelétrico a gás natural detida pela UTE Porto do A  , subsidiária da Eneva, para a Gás Natural A   Ltda., subsidiária da Prumo e realizar a desocupa  o do terreno ocupado pela usina. A transferência será realizada pelo valor de R\$1,5 milhões, por esse motivo registramos provisão para redu  o ao valor recuperável dos ativos imobilizado, intangível e diferido desta empresa, no montante de R\$42.992. Ainda como consequência deste acordo registramos provisão para redu  o ao valor recuperável dos ativos imobilizado, intangível e diferido da controladas A   II Gera  o de Energia S.A. e A   III Gera  o de Energia S.A., respectivamente no montante de R\$5.203 e R\$2.483, uma vez que estes projetos têm também eram alocados no mesmo espaço físico.
- Em 03 de outubro de 2016 foi homologado o aumento de capital da Eneva S.A., conforme descrito anteriormente na nota explicativa 01. Com isso a PGN S.A. passou a ser subsidiária integral da Eneva S.A., sendo consolidada a partir de outubro de 2016. Os reflexos dessa combina  o de negócios estão demonstrados na Nota Explicativa n   15 – Combina  o de negócios.
- Conforme apresentado na Nota Explicativa n   15 – Combina  o de negócios.

Em 2015, face ao processo de recuperação judicial a Companhia recebeu a participação acionária nas empresas BPMB Parnaíba S.A. (100%) e Eneva Participações (50%), no montante de R\$ 688 milhões e R\$ 158 milhões respectivamente.

(b) Composição da Mais Valia

Mais Valia – Líquida	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
BPMB Parnaíba S.A. (i)	230.014	262.421	-	-
Eneva Participações S.A. (ii)	52.889	52.889	64.625	-
PGN S.A. (iii)	491.748	-	28.705	-
	774.651	315.310	93.330	-

- Em consequência da aquisição de 100% da BPMB quando do aumento de capital realizado em novembro de 2015, foi gerada a mais-valia associada ao direito de exploração dos poços da 9ª e 13ª rodada. A mais-valia é amortizada na mesma proporção do prazo de concessão dos poços. A sua vida útil é de 25 anos, e a sua amortização é de 0,3289% a.m..
- A mais-valia sobre a ENEVA Participações S.A. foi gerada, na aquisição dos 50% da Eneva Participações, e está associada a projeção da receita operacional líquida proveniente da autorização de operação como Produtor Independente de Energia Elétrica, das suas subsidiárias indiretas Parnaíba III e IV. Todavia a expectativa de rentabilidade futura está associada a uma investida (Parnaíba Participações) da Eneva Participações, e por isso o mesmo é caracterizado com vida útil indefinida, dessa forma a mais valia não é amortizado, e sim testado pelo menos uma vez ao ano ou quando houver indícios de perda de seu valor recuperável, conforme pronunciamento técnico do CPC 01.
- O aumento de capital realizado em outubro de 2016 teve a aquisição de 73% da participação da PGN, gerando assim a mais-valia que está associada ao contrato de concessão para exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural. Esta mais-valia tem um prazo de vida útil definida de 24 anos e sua amortização é de 0,3401% a.m.. Este valor é composto por R\$ 491.748 referente a operação de Combinação de Negócios oriunda da aquisição ocorrida em Outubro de 2016 e R\$ 10.139 referentes a amortização primeira operação de aquisição ocorrida em novembro de 2015.

(c) Composição do Direito de concessão - Ajuste a valor justo

	Controladora	
	31/12/2016	31/12/2015
Itaqui Ger. de Energia S.A. (i)	13.425	13.979
Parnaíba III Ger. de Energia S.A. (ii)	39.265	44.047
Parnaíba Gás Natural (iii)	31.355	-
Parnaíba IV Geração de Energia S.A. (ii)	11.870	12.825
Eneva Participações S.A. (iv)	73.497	73.497
BPMB Parnaíba S.A. (iii)	20.417	-
	189.829	144.348

- O ágio foi gerado na permuta de 50% das ações da Porto do Pecém Geração de Energia por 100% das ações de Itaqui Ger. de Energia. A transação ocorreu em 2008 junto a EDP Energias do Brasil. O ágio é realizado na mesma proporção da vida útil do CCEAR de Itaqui. Sua vida útil é de 30 anos, e amortização é de 0,2754% a.m..
- O ágio gerado teve origem na aquisição de 30% de Parnaíba III, Parnaíba Geração e Comercialização de Energia e Parnaíba IV Geração de Energia S.A. durante o aumento de capital realizado em novembro de 2015, conforme o plano de Recuperação Judicial. O ágio referente as aquisições de Parnaíba III estão associado aos CCEAR, dessa forma o ágio é caracterizado por ter sua vida útil definida e com isso o mesmo é amortizado e testado pelo menos uma vez ao ano ou quando houver indícios de perda de seu valor recuperável. A sua vida útil é de 11 anos, gerando uma amortização mensal de 0,7518%.
- A expectativa de rentabilidade futura contabilizada na Eneva teve origem na aquisição da BPMB e PGN em novembro de 2015 e outubro de 2016 e está associado ao direito de exploração e produção das áreas concedidas na 9ª Rodada de Licitações da ANP. Sua vida útil é de 33 anos (6 anos para exploração e 27 para produção na Bacia do Parnaíba), gerando uma amortização de 0,3289%.
- O ágio sobre a ENEVA Participações S.A. foi gerado na aquisição de participação de 50% durante o aumento de capital realizado em novembro de 2015. O ágio por rentabilidade futura possui vida útil indefinida. Dessa forma não é amortizada, e

sim testado pelo menos uma vez ao ano ou quando houver indícios de perda de seu valor recuperável, conforme pronunciamento técnico do CPC 01.

(d) Composição do Resultado de Equivalência Patrimonial:

Composição do Resultado de Equivalência Patrimonial		
	2016	2015
Resultado de Equivalência Patrimonial	(67.458)	(89.222)
Resultado de Passivo a Descoberto	(28.021)	(19.396)
Amortização de Mais Valia	(24.312)	-
	(119.791)	(108.618)

(e) Composição da participação de acionistas não controladores

A seguir a composição da participação de acionistas não controladores no patrimônio e no resultado das investidas em 31 de dezembro de 2016:

Investimentos	Participação	Patrimônio líquido	Resultado	Atribuído aos não controladores	
				Patrimônio Líquido	Resultado
Amapari Energia S.A.	51%	(24.683)	(6.183)	(12.097)	(3.032)
Termopantanal Participações	67%	(2.318)	-	(773)	-
Total				(12.870)	(3.032)

Passivo a Descoberto

Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, o saldo do investimento com as controladas ENEVA Desenvolvimento S.A., Amapari Energia S.A., Parnaíba Geração e Comercializadora de Energia S.A, Termopantanal Participações Ltda., Parnaíba IV Geração de Energia S.A., UTE Porto do Açu Energia S.A., Açu II Geração de Energia S.A., Eneva Investimentos S.A., Seival Participações S.A. e com a controlada em conjunto MABE Construção e Administração de Projetos Ltda. encontram-se classificados no passivo não circulante na conta de passivo a descoberto tendo em vista o patrimônio líquido negativo dessas empresas. Abaixo apresentamos a composição do saldo, no exercício:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Passivo a descoberto (a)	(50.957)	(22.936)	(2.691)	-
Mais valia de ativos	12.411	12.411	-	-
	(38.545)	(10.525)	(2.691)	-

(a) Mutação do Passivo a Descoberto

Empresa	Saldo em 2015	Provisão p/passivo a descoberto	Saldo em 2016
Açu II Geração de Energia S.A.	-	(279)	(279)
Amapari Energia S.A.	(9.431)	(3.155)	(12.586)
Eneva Desenvolvimento	(350)	-	(350)
Eneva Investimentos	(10)	-	(10)
MABE Construção e Administração de Projetos Ltda	(4)	(1.437)	(1.441)
Parnaíba Geração e Comercialização de Energia S.A.	(1.595)	(4.707)	(16.302)

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2016 – ENEVA S.A.

Parnaíba IV Geração de Energia S.A.	-	(5.008)	(5.008)
Pecém Operação e Manutenção S.A.	-	(1.250)	(1.250)
Seival Participações S.A.	-	(11.985)	(11.985)
Termopantanal Participações Ltda	(1.546)	-	(1.546)
UTE Porto do Açu Energia S.A.	-	(200)	(200)
	(22.936)	(28.021)	(50.957)

Empresa	Saldo em 2014	Provisão p/passivo a descoberto	Saldo em 2015
Eneva Desenvolvimento	(338)	(12)	(350)
Amapari Energia S.A.	(1.646)	(7.785)	(9.431)
Parnaíba Geração e Comercialização de Energia S.A.	-	(11.595)	(11.595)
Termopantanal Participações Ltda	(1.546)	-	(1.546)
Eneva Investimentos	(10)	-	(10)
MABE Construção e Administração de Projetos Ltda	-	(4)	(4)
	(3.540)	(19.396)	(22.936)

13. Imobilizado

a) Composição dos saldos - Imobilizado em serviço

	Consolidado									
	2016									
	Terrenos	Edificações, Obras Civis Benfeitorias	Máquinas e Equipamentos	Equipamento de Informática	Veículos	Móveis e Utensílios	Imobilizado E&P	Provisão para perda Impairment	Imobilizado em Curso	Total
Taxa de depreciação %		4	7	17	20	10	DUP			
Custo										
Saldo em 31/12/2015	10.575	2.972.723	2.496.089	6.409	1.979	9.803	755.573	(430.575)	249.758	6.072.331
Adições	-	1.782	6.761	1.238	949	2.181	67.774	-	73.968	154.653
Baixas	-	-	(375)	-	(310)	(344)	(7.240)	-	(515)	(8.784)
Aquisição decorrente de Combinação de Negócios	-	-	96.060	-	-	-	1.801.393	-	-	1.897.453
Impairment	-	-	-	-	-	-	-	(97.978)	-	(97.978)
Poço Seco	-	-	-	-	-	-	(5.191)	-	-	(5.191)
Provisão abandono	-	-	-	-	-	-	(43.832)	-	-	(43.832)
Transferências	-	(26.725)	137.027	129	-	-	-	-	(111.182)	(751)
Saldo em 31/12/2016	10.575	2.947.780	2.735.562	7.776	2.618	11.640	2.568.477	(528.553)	212.029	7.967.901
Depreciação										
Saldo em 31/12/2015	-	(214.022)	(257.191)	(2.292)	(958)	(3.872)	(167.014)	24.274	-	(621.074)
Adições	-	(86.351)	(117.949)	(1.628)	(362)	(740)	(123.452)	-	-	(330.482)
Baixas	-	6.495	6.168	415	254	37	-	-	-	13.369
Aquisição decorrente de Combinação de Negócios	-	-	(12.710)	-	-	-	(488.947)	-	-	(501.657)
Saldo em 31/12/2016	-	(293.878)	(381.682)	(3.505)	(1.066)	(4.575)	(779.413)	24.274	-	(1.439.844)
Valor Contábil										
Saldo em 31/12/2015	10.575	2.758.700	2.238.897	4.117	1.021	5.931	588.559	(406.301)	249.758	5.451.258
Saldo em 31/12/2016	10.575	2.653.902	2.353.880	4.271	1.552	7.065	1.789.064	(504.279)	212.029	6.528.059

Consolidado											
2015											
		Terrenos	Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	Máquinas e Equipamentos	Equipamento de Informática	Veículos	Móveis e Utensílios	Imobilizado em Exploração e Produção	Provisão para perda "Impairment"	Imobilizado em Curso	Total
Tx Depreciação % a.a.			4	7	17	20	10	DUP			
Custo											
Saldo em	31/12/2014	10.575	2.710.717	2.346.682	5.812	1.582	9.282	-	(444.221)	148.385	4.788.811
Saldo em	31/12/2014	10.575	2.710.717	2.346.682	5.812	1.582	9.282	-	(444.221)	148.385	4.788.811
Adições		-	216.130	110.597	596	527	711	755.573	13.529	232.759	1.330.422
Baixas		-	(37.382)	(9.217)	(4)	(110)	(189)	-	-	-	(46.902)
Transferências		-	83.257	48.027	5	(21)	-	-	117	(131.385)	-
Saldo em	31/12/2015	10.575	2.972.723	2.496.089	6.409	1.979	9.803	755.573	(430.575)	249.758	6.072.331
Depreciação											
Saldo em	31/12/2014	-	(119.868)	(143.616)	(1.949)	(724)	(3.069)		24.274	-	(244.952)
Saldo em	31/12/2014	-	(119.868)	(143.616)	(1.949)	(724)	(3.069)	-	24.274	-	(244.952)
Adições		-	(94.772)	(113.986)	(343)	(317)	(859)	(167.014)	-	-	(377.291)
Baixas		-	618	411	0	83	56	-	-	-	1.169
Transferências		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em	31/12/2015	-	(214.022)	(257.191)	(2.292)	(958)	(3.872)	(167.014)	24.274	-	(621.074)
Valor Contábil											
Saldo em	31/12/2014	10.575	2.590.850	2.203.066	3.863	858	6.213	-	(419.947)	148.385	4.423.468
Saldo em	31/12/2015	10.575	2.758.700	2.238.897	4.117	1.021	5.931	588.559	(406.301)	249.758	5.451.258

b) Máquinas e equipamentos

Refere-se, basicamente, aos equipamentos da usina, linha de transmissão e subestação. A depreciação dos ativos é baseada no prazo de concessão e o cálculo é realizado pelo método linear utilizando as taxas da ANEEL determinadas pela Resolução Normativa nº 474 de 07 de fevereiro de 2012. Para a parcela estimada dos investimentos realizados e não depreciados até o final da concessão, é calculada uma nova taxa de depreciação ou amortização e mensalmente contabilizados em resultado, para ao final da concessão obter valor residual igual à zero.

c) Edificações, obras civis e benfeitorias

Refere-se, basicamente, as UTE's Itaqui e Parnaíba I que entraram em operação em fevereiro 2013 e outubro de 2013 respectivamente. A depreciação segue o mesmo procedimento e critério descritos no item Máquinas e equipamentos.

d) Imobilizado em curso

Os saldos registrados no grupo de imobilizado em curso, em 31 de dezembro de 2016, correspondem às importações em andamento, no valor de R\$ 37.003 e os bens de imobilizado reserva, de R\$ 58.233 e obras em andamento de R\$ 33.902, totalizando em saldo total de R\$ 129.138.

e) Processo de unitização

Em dezembro 2016, foi finalizado o processo de unitização das usinas Itaqui Geração de Energia S.A., Parnaíba I Geração de Energia S.A., Parnaíba II Geração de Energia S.A., Parnaíba V Geração de Energia S.A. e Pecém II Geração de Energia S.A.

O processo de unitização garante que todo os componentes referentes ao equipamento maior estejam atribuídos.

As taxas de depreciação dos ativos unitizados não tiveram alterações, mantendo-se a mesma já adotada, conforme resolução normativa 474 de 07 de fevereiro 2012.

Equipamento	Taxa média %
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	4
Máquinas e Equipamentos	7
Equipamento de Informática	17
Veículos	20
Móveis e Utensílios	10

	CoD	CoE	WACC
BPMB	10,3%	13,6%	13,1%
PGN	9,5%	13,8%	13,1%
Pecem II	9,4%	11,0%	10,8%
Itaqui	10,3%	12,7%	12,1%
Parnaíba I	8,4%	10,7%	10,4%
Parnaíba II	10,0%	11,7%	11,3%
Parnaíba III	10,5%	10,4%	10,5%
Parnaíba IV	N.A	10,3%	10,3%

f) Avaliação de *impairment*

Segundo o pronunciamento técnico CPC-01, a entidade deve avaliar no mínimo anualmente, se existem indicações de uma possível desvalorização no valor do ativo (imobilizado e intangível), se houver alguma evidência, deve-se calcular o seu valor recuperável, este que é determinado pela maior importância monetária entre o valor líquido de venda e seu valor em uso.

Na avaliação de recuperabilidade das Unidades Geradoras de Caixa (UGC) é utilizado o método do Valor em Uso a partir de projeções de fluxo de caixa que consideram as seguintes premissas-chave:

Abordagem: Projetaram-se fluxos de caixa desalavancados, expressos em termos nominais (considerando os efeitos inflacionários da economia) e apresentados em moeda corrente, Reais (R\$).

Prazo: A projeção inicia-se em 2017 e se estende até o período final de autorização das unidades geradoras de caixa (2043).

Nos ativos de geração de energia a vida útil está definida pela capacidade operacional das plantas e pelo período de outorga vigente concedido pela União. As Usinas possuem contratos de geração de energia (PPA – “Power Purchase Agreement”) assinados por cada UGC com prazo de 15 anos a 20 anos, encerrando em 2026 (Itaqui), 2027 (Pecém, Parnaíba I e III) e 2035 (Parnaíba II).

Para o período complementar que se estende até a finalização do período de projeção (2043), assumiu-se a continuidade das operações sob regime de disponibilidade, tendo sido utilizados os acordos comerciais vigentes como melhor estimativa para projetar os fluxos operacionais; O modelo considera ainda a projeção desses fluxos operacionais até 2035 e considera uma taxa de crescimento (4,5%, projeção de inflação) para extrapolar as posições de fluxo de caixa até 2043.

Para os ativos de produção de gás natural, o prazo de projeção está atrelado a capacidade operacional das plantas a gás e ao volume de reservas existentes. As empresas de produção de gás natural (PGN e BPMB) possuem programas contínuos de prospecção, exploração e desenvolvimento de campos com o objetivo de gerar e/ou recompor o portfólio de reservas, mantendo assim as condições operacionais de fornecimento de gás natural para as usinas até o período de projeção.

Preço de venda: A referência utilizada são as condições contratuais atuais até o final da vida útil dos ativos, indexados pela inflação (IPCA).

Despacho: A curva de despacho utilizada no ciclo orçamentário leva em consideração dados macroeconômicos e a conjuntura estrutural do setor.

CAPEX de manutenção e Overhaul: Foram projetados investimentos em manutenção de acordo com o ciclo orçamentário, indexados pela Inflação (IPCA). Tratam-se de dispêndios que se comportam de forma linear ao longo dos anos, exceto para os gastos com “overhaul” que ocorrem a cada ciclo de 32 mil horas.

Taxa de desconto: A Companhia aplica a abordagem do Custo Médio Ponderado de Capital (CPMC) em termos nominais, considerando efeitos inflacionário, conforme abaixo:

	ITAQUI	PECÉM II PART.	PARNAÍBA I	PARNAÍBA II	PARNAÍBA III	PARNAÍBA IV	PGN	BPMB
CMPC nominal (pós tax)	11,30%	11,20%	10,40%	11,30%	10,50%	10,3%	12,90%	13,10%
CMPC nominal (pré tax)	13,10%	12,60%	15,30%	15,30%	15,90%	10,30%	16,40%	17,10%

As taxas acima apresentadas foram ajustadas ao longo da projeção, considerando a evolução da estrutura de endividamento específica de cada Unidade geradora de caixa “UGC”.

Valor residual: Não foi calculado um valor residual no último período, uma vez que a projeção foi estruturada com base na vida útil econômica dos ativos.

Adicionalmente a administração da Companhia também avaliou os projetos, mantidos para desenvolvimento futuro, e reconheceu provisão para redução ao valor recuperável do ativo imobilizado em suas controladas, no montante de R\$ 97.978, conforme abaixo citado:

UTE Porto do Açú Energia S.A.

No decorrer de 2016, a controlada UTE Porto do Açú Energia S.A. celebrou acordo com a PRUMO Logística S.A., com o objetivo de transferir a licença ambiental para implantação de projeto termelétrico a gás natural detida pela UTE Porto do Açú, subsidiária da Eneva, para a Gás Natural Açú Ltda., subsidiária da Prumo e realizar a desocupação do terreno ocupado pela usina. Por esse motivo, registramos provisão para redução ao valor recuperável do ativo imobilizado desta empresa, no montante de R\$31.237.

Açú II Geração de Energia S.A. e Açú III Geração de Energia S.A.

Ainda como consequência do acordo supracitado, registramos provisão para redução ao valor recuperável do ativo imobilizado das controladas Açú II Geração de Energia S.A. e Açú III Geração de Energia S.A., respectivamente no montante de R\$5.203 e R\$2.483, uma vez que estes projetos também estavam alocados no mesmo espaço físico.

Seival Geração de Energia S.A.

O projeto de usina termelétrica a carvão nacional, instalado na subsidiária Seival Geração de Energia S.A., teve sua outorga de água cancelada junto a Agência Nacional de Águas (através do Ofício ANA 1070/2016/SER-ANA, Anexo 1). Esse cancelamento fora motivado pela não renovação da Licença de Instalação do projeto, que expirou.

Em virtude do vencimento da LI e cancelamento da outorga de água, o projeto perdeu sua viabilidade, portanto, registramos provisão de *impairment* da totalidade do ativo imobilizado referente ao projeto, no montante de R\$ 60.526.

Amapari Energia S.A.

Em 2014 a Companhia registrou a totalidade do ativo imobilizado desta controlada como provisão para redução ao valor recuperável. Porém em 2016, a Companhia realizou avaliação do preço de venda dos ativos, que resultou na reversão de parte da provisão efetuada em 2014, no montante de R\$ 1.

A seguir composição do saldo acumulado da provisão para recuperabilidade de ativos – *Impairment*:

Composição do saldo de Provisão para recuperabilidade de ativos - Impairment

		Custo	Impairment	Líquido
Itaqui Geração de Energia S.A.	(a)	346.044	(757)	345.287
Amapari energia S.A.	(a)	83.060	(23.517)	59.543
UTE Porto do Açú Energia S.A.	(b)	31.237	-	31.237
Açú II Geração de Energia S.A.	(b)	5.203	-	5.203
Açú III Geração de Energia S.A.	(b)	2.483	-	2.483
Seival Geração de Energia S.A.	(b)	60.526	-	60.526
Total		528.553	(24.274)	504.279

(a) Provisões constituídas em exercícios anteriores;

(b) Provisões constituídas no exercício de 2016.

g) Depreciação imobilizado E&P

Conforme apresentado na Nota Explicativa nº 4.9, o imobilizado de E&P é depreciado a partir da declaração de comercialidade e início da produção, pelo método de unidades produzidas.

Anualmente, o volume de reservas 2P de cada campo é certificado por empresa de classe internacional, e com base nessas informações a Companhia mantém seus registros de depreciação por unidades produzidas.

Abaixo quadro resumo:

Campo Gavião Real	Dez/16	Dez/15
Volume recuperável em bilhões m ³ (*)(**)	9,356	9,103
Produção do campo acumulada em bilhões de m ³	5,757	4,919
Total	3,599	4,184
Campo Gavião Vermelho	Dez/16	Dez/15
Volume recuperável em bilhões m ³ (*)(***)	2,124	2,070
Produção do campo acumulada em bilhões de m ³	0,417	0,002
Total	1,707	2,068
Campo Gavião Branco	Dez/16	Dez/15
Volume recuperável em bilhões m ³ (*)	5,326	-
Produção do campo acumulada em bilhões de m ³	0,685	-
Total	4,641	-

(*) Quantidades não auditadas pelos nossos auditores independentes.

(**) A informação de Dez/15 refere-se as reservas apresentadas no BAR de 2014 (Boletim Anual de Reservas), relatório anual disponibilizado à Agência Nacional de Petróleo.

(***)A informação de Dez/15 refere-se as reservas apresentadas no PD (Plano de Desenvolvimento), disponibilizado à Agência Nacional de Petróleo.

14. Intangível

a) Composição dos saldos - Intangível em serviço

										Consolidado
										2016
										Total
		Licenças e Software de Informática	Intangível de E&P	Direito de Uso	Outorgas e CCEARS	Contratos de Direito de Exploração	Ágio na Aquisição de Investimentos	Direito de Uso em curso	Intangível em curso	Total
Tx Amortização % a.a.		20								
Custo										
Saldo em	31/12/2015	72.260	11.637	15.753	183.448	-	191.119	340.514	615	815.346
Adições		1.431	-	-	-	-	-	30	642	2.103
Baixas		(3)	(2.956)	-	-	-	-	-	-	(2.959)
Aquisição decorrente de Combinação de Negócios		11.820	25.321	-	-	496.817	-	-	-	533.958
Transferências		1.366	-	30	-	-	-	(30)	(615)	751
Saldo em	31/12/2016	86.874	34.002	15.783	183.448	496.817	191.119	340.514	642	1.349.199
Amortização										
Saldo em	31/12/2015	(11.554)	(4.261)	(6.928)	(24.472)	-	(1.491)	-	-	(48.706)
Adições		(3.649)	(1.583)	(998)	(12.270)	(5.069)	(21.287)	-	-	(44.856)
Aquisição decorrente de Combinação de Negócios		(4.220)	(440)	-	-	-	-	-	-	(4.660)
Baixas		-	5.578	-	-	-	-	-	-	5.578
Saldo em	31/12/2016	(19.423)	(706)	(7.926)	(36.742)	(5.069)	(22.778)	-	-	(92.644)
Valor Contábil										
Saldo em	31/12/2015	60.706	7.376	8.825	158.976	-	189.628	340.514	615	766.640
Saldo em	31/12/2016	67.451	33.296	7.857	146.706	491.748	168.341	340.514	642	1.256.555

		Consolidado							
		2015							
		Licenças e Software de Informática	Intangível de E&P	Direito de Uso	Outorgas e CCEARs	Ágio na Aquisição de Investimentos	Direito de Uso em curso	Intangível em curso	Total
Tx Amortização % a.a.		20							
Custo									
Saldo em	31/12/2014	8.501	-	15.778	183.448	15.470	-	-	223.198
Saldo em	31/12/2014	8.501	-	15.778	183.448	15.470	-	-	223.198
Adições		63.709	11.637	-	-	175.649	340.518	665	592.176
Baixas		-	-	(29)	-	-	-	-	(29)
Transferências		50	-	4	-	-	(4)	(50)	-
Saldo em	31/12/2015	72.260	11.637	15.753	183.448	191.119	340.514	615	815.346
Amortização									
Saldo em	31/12/2014	(4.521)	-	(5.868)	(12.236)	(980)	-	-	(23.605)
Saldo em	31/12/2014	(4.521)	-	(5.868)	(12.236)	(980)	-	-	(23.605)
Adições		(7.033)	(4.261)	(1.060)	(12.236)	(511)	-	-	(25.101)
Baixas		-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências		-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em	31/12/2015	(11.554)	(4.261)	(6.928)	(24.472)	(1.491)	-	-	(48.706)
Valor Contábil									
Saldo em	31/12/2014	3.980	-	9.910	171.212	14.490	-	-	199.572
Saldo em	31/12/2015	60.706	7.376	8.825	158.976	189.628	340.514	615	766.640

Contratos de direito de exploração

Em 31 de dezembro de 2016, as subsidiárias integral Parnaíba Gás Natural (PGN) e BPMB participam das seguintes concessões:

Nº Bloco	Operador	PGN + BPMB
1 BT-PN-1		100%
2 BT-PN-4		100%
3 BT-PN-5		100%
4 BT-PN-6		100%
5 BT-PN-7		100%
6 BT-PN-8		100%
7 BT-PN-10		100%
8 BT-PN-69		100%
9 BT-PN-87		100%
10 BT-PN-101		100%
11 BT-PN-103		100%
12 BT-PN-146		100%
13 BT-PN-163		100%

A totalidade das operações de fornecimento em operação comercial de gás natural e arrendamento de capacidade de unidade de tratamento de gás (UTG) dessas controladas é realizada com as empresas Parnaíba I Geração de Energia S.A., Parnaíba II Geração de Energia S.A., Parnaíba III Geração de Energia S.A., Parnaíba IV Geração de Energia S.A. e Consórcio UTE Parnaíba IV, também subsidiárias da controladora ENEVA. Este ativo intangível foi identificado na operação de combinação de negócios, envolvendo a Parnaíba Gás Natural (PGN), conforme descrito na nota explicativa nº 15.

Direito de uso em curso

O saldo registrado se refere ao direito de uso dos terrenos, onde a Companhia está instalando o seu parque eólico. Em 31 de dezembro de 2016, o montante acumulado era de R\$ 340.514.

b) Avaliação de *impairment*

O ativo intangível e o ativo imobilizado foram submetidos aos testes de recuperabilidade considerando o modelo de valor em uso, com base no valor presente do fluxo de caixa por unidade geradora de caixa. As premissas-chave dos testes de valor recuperável estão descritas na nota explicativa 12 - Imobilizado (item f).

Como consequência dos testes de valor recuperável, a Companhia concluiu que o valor recuperável do ativo intangível é superior ao valor contábil. Desta forma, não foi necessária a constituição de provisão para *impairment* no ativo intangível em 31 de dezembro de 2016.

15. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, e as operações que influenciaram o resultado do período, relativos a transações da Companhia com suas controladas diretas e indiretas, empresas ligadas e profissionais-chaves da Administração, foram realizadas de acordo com as condições contratadas entre as partes.

Acionistas

Os principais acionistas da Companhia são Banco BTG Pactual S.A, Cambuhy, DD Brazil Holdings S.à.r.l. ("E.ON") e o Itaú Unibanco S.A, que detém, respectivamente, 33,73%, 25,72%, 8,28% e 7,88% das ações ordinárias;

Administradores

A Companhia é administrada por Conselho de Administração e por Diretoria de acordo com as atribuições e poderes conferidos em Estatuto Social;

Empresas ligadas

A Companhia possui como principais empresas ligadas: Uniper Energy, e suas controladas e coligadas.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2016 – ENEVA S.A.

Em 31 de dezembro de 2016, os saldos de ativos, passivos e efeitos em resultado de transações com partes relacionadas estão representados da seguinte forma:

Ativo	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Mútuo				
ENEVA Participações S.A. (a)	-	18.584	-	-
Itaqui Geração de Energia S.A. (b)	149.734	455.822	-	-
MABE da Brasil (c)	16.349	14.413	16.349	14.413
Parnaíba IV Geração de Energia S.A. (d)	102.604	87.625	-	-
Pecém II Geração de Energia S.A. (e)	243.653	216.612	243.653	216.612
Pecém Operação e Manutenção de Unidades de Geração Elétrica S.A. (m)	2.318	2.030	2.318	2.030
Termopantanal Ltda. (f)	7.683	7.683	-	-
Termopantanal Ltda. (f)	(7.453)	(7.453)	-	-
	514.888	795.316	262.320	233.055
Operações comerciais				
Açu II Geração de Energia Ltda.	6	6	-	-
Amapari Energia S.A.	293	246	-	-
BPMB Parnaíba S.A.	56	91	-	-
Eneva Chile Holding Ltda. (p)	-	28.153	-	28.153
ENEVA Comercializadora de Energia S.A. (g)	2.819	1.592	-	-
ENEVA Comercializadora de Combustível Ltda.	-	712	-	-
ENEVA Desenvolvimento (h)	2.728	365	-	-
ENEVA Investimentos S.A. (h)	11	11	-	-
ENEVA Participações S.A. (a)	138	6.577	-	-
ENEVA Solar Empreendimentos Ltda.	232	100	-	-
EON Brasil Ltda.	92	92	92	92
Itaqui Geração de Energia S.A. (b)	960	3.676	-	-
MABE do Brasil (c)	22	22	22	22
Parnaíba I Geração de Energia S.A. (i)	564	10.137	-	-
Parnaíba II Geração de Energia S.A. (j)	4.713	8.279	-	-
Parnaíba III Geração de Energia S.A. (j)	225	2.733	-	-
Parnaíba IV Geração de Energia S.A. (d)	169	2.208	-	-
Parnaíba V Geração de Energia S.A.	-	-	-	-
Parnaíba Gás Natural S.A. (k)	-	-	-	5.729
Parnaíba Participações S.A. (l)	108	5.134	-	-
Pecém II Geração de Energia S.A. (e)	1.215	1.899	2.786	3.769
Pecém II Participações S.A. (j)	-	2.443	-	-
Porto do Pecém Transportadora de Minério S.A.	10	10	10	74
Projetos Ventos	-	-	-	420
Seival Geração de Energia S.A.	287	230	-	-
Seival Participações S.A. (h)	65	65	-	-
Seival Sul Mineração Ltda. (h)	10	10	10	10
Sul Geração de Energia S.A. (h)	357	306	-	-
Tauá II Geração Energia Solar Ltda.	58	58	-	-
Termopantanal Participações Ltda. (f)	457	457	-	-
UTE Porto do Açu Energia S.A. (h)	395	389	-	-
	15.990	76.001	2.920	38.269
Debêntures				
Parnaíba Gás Natural (q)	246.600	-	-	-
	246.600	-	-	-
Adiantamentos para futuro aumento de capital				
Eneva Participações S.A. (a)	-	30.240	-	-
Parnaíba II Geração de Energia S.A.	-	40.000	-	-
Seival Participações S.A.	-	25	-	-
Sul Geração de Energia S.A. (h)	-	65	-	-
	-	70.330	-	-
Total ativo longo prazo	777.478	941.647	265.239	271.324

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2016 – ENEVA S.A.

Passivo	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Mútuo				
Parnaíba Participações S.A. (l)	31.403	33.541	-	-
Petra Energia S.A.	-	-	5.275	-
	31.403	33.541	5.275	-
Debêntures				
Cambuhy I Fundo de Investimentos em Participações (r)	-	-	82.152	-
	-	-	82.152	-
Operações comerciais				
Copelmi Mineração Ltda.	-	-	146	146
DD Brazil (n)	13	13	28.702	36.542
EBX Holding Ltda.	-	-	-	-
ENEVA Participações S.A. (a)	4.774	1.976	-	-
Itaqui Geração de Energia S.A.	2.186	2.078	-	-
Parnaíba I Geração de Energia S.A.	35	-	-	-
Parnaíba II Geração de Energia S.A.	29	-	-	-
Parnaíba III Geração de Energia S.A.	11	-	-	-
Parnaíba IV Geração de Energia S.A.	7	-	-	-
Pecém II Geração de Energia S.A. (e)	45	-	2.112	23
Parnaíba Gás Natural S.A. (k)	-	-	-	67.695
Porto do Pecém Transportadora de Minérios S.A.	-	-	1	1
Prumo Logística	-	-	-	4.526
Tauá Geração de Energia Ltda.	445	445	-	-
	7.545	4.512	30.961	108.933
Total passivo curto e longo prazo	38.948	38.053	118.390	108.933
Resultado	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Açu II Geração de Energia S.A.	-	6	-	-
Amapari Energia S.A.	266	246	-	-
BPMB Parnaíba S.A.	631	91	-	-
Eneva Comercializadora de Combustível Ltda.	-	179	-	-
Eneva Comercializadora de Energia S.A.	1.283	419	-	-
Eneva Desenvolvimento S.A.	46	9	-	-
Eneva Participações S.A. (a)	(2.554)	2.194	-	-
Eneva Solar Empreendimentos Ltda.	-	2	-	-
EON Brasil Ltda.	-	92	-	92
Itaqui Geração de Energia S.A. (b)	38.767	67.386	-	-
MABE Construção e Administração de Projetos Ltda. (c)	2.277	2.036	2.277	2.036
MPX Chile Energia (p)	(28.153)	-	-	-
Parnaíba Gás Natural S.A. (k)	-	-	-	-
Parnaíba Geração e Comercialização de Energia S.A.	-	137	-	-
Parnaíba I Geração de Energia S.A. (i)	4.944	4.223	-	-
Parnaíba II Geração de Energia S.A. (j)	2.781	2.762	-	-
Parnaíba III Geração de Energia S.A. (j)	1.919	2.218	-	-
Parnaíba IV Geração de Energia S.A. (d)	18.187	16.563	-	-
Parnaíba Participações S.A. (l)	(2.242)	5.849	-	-
Pecém II Geração de Energia S.A. (e)	38.862	1.364	38.862	31.381
Pecém II Participações S.A. (j)	-	31.381	-	1.364
Pecém Operação e Manutenção de Unidades de Geração Elétrica S.A. (m)	339	317	339	317
UTE Porto do Açu Energia S.A. (h)	94	88	-	-
Porto do Pecém Geração de Energia S.A. (o)	-	8.294	-	8.294
Porto do Pecém Transportadora de Minérios S.A.	-	10	-	10
Seival Participações S.A. (h)	57	50	-	-
Sul Geração de Energia S.A. (h)	51	66	-	-
Tauá Geração de Energia Ltda.	163	108	-	-
Tauá II Geração de Energia Ltda.	-	5	-	-
	77.718	146.095	41.478	43.494

- (a) O saldo é composto por: (i) Contrato de mútuo celebrado em maio de 2014, com a Eneva S.A. (mutuante) sujeito a juros mensais de mercado (125% do CDI) e com prazo de vencimento indeterminado, no montante de R\$ 6.832 sendo que, o referido mútuo foi liquidado em 30 de setembro de 2016, ocorrendo efeito no resultado de R\$892 e (ii) despesa de ressarcimento de custos de atividades operacionais, financeiras e administrativos, no montante de R\$ 4.636. Em 31 de dezembro de 2016, o efeito no resultado é de R\$ (3.448);
- (b) O saldo é composto por: (i) contrato de mútuo celebrado, em janeiro de 2012, com a Eneva S.A. (mutuante) sujeito a juros mensais de mercado (104% do CDI) e com prazo de vencimento indeterminado. Em março de 2016, capitalizamos como investimento todo o principal deste mútuo, no montante de R\$332.095. Portanto o saldo de R\$ 144.810 refere-se apenas aos juros. Em 31 de dezembro de 2016, o efeito no resultado é de R\$ 30.651 e (ii) receita de ressarcimento de custos a atividades operacionais, financeiras e administrativos, no montante de R\$ 960. Em 31 de dezembro de 2016, o efeito no resultado é de R\$ 8.116;
- (c) Contrato de mútuo celebrado, em janeiro de 2013, com a Eneva S.A. (mutuante) sujeito a juros mensais de mercado (105% do CDI) e com prazo de vencimento indeterminado, no montante de R\$ 14.710 (principal) e R\$ 1.149 (juros). Em 31 de dezembro de 2016, o efeito no resultado consolidado é de R\$ 2.277;
- (d) O saldo é composto por: (i) contrato de mútuo celebrado, em janeiro de 2012, com a Eneva S.A. (mutuante) sujeito a juros mensais de mercado (125% do CDI) e com prazo de vencimento indeterminado, no montante de R\$ 91.523 (principal) e R\$ 7.259 (juros). Em 31 de dezembro de 2016, o efeito no resultado é de R\$16.980 e (ii) receita de ressarcimento de custos a atividades operacionais, financeiras e administrativos, no montante de R\$169. Em 31 de dezembro de 2016, o efeito no resultado é de R\$ 1.207;
- (e) O saldo é composto por contrato de mútuo celebrado entre Eneva S.A. (mutuante) sujeito a juros de mercado (104% do CDI) e com prazo de vencimento indeterminado, no montante de R\$222.465 (principal) e R\$ 14.353 (juros). Em 31 de dezembro de 2016, o efeito no resultado é de R\$ 31.652 e (ii) receita de ressarcimento de custos a atividades operacionais, financeiras e administrativos, no montante de R\$1.215. Em 31 de dezembro de 2016, o efeito no resultado é de R\$ 7.210;
- (f) Contrato de mútuo celebrado com a Eneva S.A. (mutuante) sujeito a juros mensais de mercado (101% do CDI) e com prazo indeterminado de vencimento. A Eneva S.A. constituiu provisão de R\$ 7.453 para perda de investimento em sua participação de 66,67% na Termopantanal Participações Ltda;
- (g) O saldo é composto por receita de compartilhamento dos custos de atividades operacionais e financeiras firmados com a Eneva S.A., Itaqui Geração de Energia S.A., Parnaíba II Geração de Energia S.A. e Pecém II Geração de Energia S.A. através de cobranças mensais de notas de negociação cujos pagamentos são realizados de acordo com entendimentos entre as partes (vencimento médio de 30 a 60 dias). Em 31 de dezembro de 2016 o efeito no resultado da controladora é de R\$ 1.283;
- (h) Receita de ressarcimento de custos relativos à implantação de projetos. Adicionalmente para a controlada Sul Geração possuímos em aberto adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC) no montante de R\$ 35, os quais são irrevogáveis e irretratáveis, não sendo, entretanto, definido valor fixo de quantidade de ações para aumento de capital, não atendendo assim aos requisitos do CPC 38;
- (i) O saldo refere-se ao contrato de ressarcimento de custos administrativos e relativos a estudos de viabilidade. O saldo em aberto, em 31 de dezembro de 2016 é de R\$564 e o efeito no resultado da controladora é de R\$4.944;
- (j) Contrato de ressarcimento de custos financeiros, administrativos e operacionais;
- (k) O saldo é composto pelo custo relativo aos contratos de compra de gás e arrendamento de capacidade de unidade de tratamento de gás, firmado entre Parnaíba Gás Natural e as controladas Parnaíba Geração e Parnaíba III, no montante líquido (fornecedor – adiantamentos) de R\$11.769 (Parnaíba Geração), de R\$ 4.455 (Parnaíba II) e R\$3.519(Parnaíba III).
- (l) O saldo é composto por: (i) Contrato de mútuo celebrado em janeiro de 2013, com a Parnaíba Participações S.A. (mutuante) sujeito a juros mensais de mercado (125% do CDI) e com prazo de vencimento indeterminado, no montante de R\$ 29.319 (principal) e R\$ 1.065 (juros). Em 31 de dezembro de 2016, o efeito no resultado consolidado é de R\$ (5.788) e (ii) receita de ressarcimento de custos a atividades operacionais, financeiras e administrativos, no montante de R\$ 108. Em 31 de dezembro de 2016, o efeito no resultado é de R\$ 3.546;
- (m) O saldo é composto por contrato de mútuo celebrado, em dezembro 2011, com a Eneva S.A. (mutuante) sujeito a juros mensais de mercado (110% do CDI) e com prazo de vencimento em 31 de dezembro de 2016, no montante de R\$ 2.170 (principal) e R\$ 75 (juros). Em 31 de dezembro de 2016, o efeito no resultado é de R\$339;
- (n) Contrato de ressarcimento de custos relativos a implantação de projetos junto a DD Brazil, no montante de R\$ 13;
- (o) A Eneva S.A. decidiu alienar o investimento em Porto do Pecém, registrando, em dezembro de 2014, todos os saldos em aberto entre as companhias como mantido para negociação. Este saldo era composto basicamente por: (i) contrato de mútuo celebrado, em setembro de 2012, com a Eneva S.A. (mutuante) sujeito a juros mensais de mercado (105% do CDI) e com prazo de vencimento indeterminado e (ii) contrato celebrado entre a partes para assunção dos custos de compra de carvão incorridos por Porto do Pecém no período compreendido entre setembro e dezembro de 2013;
- (p) A Eneva S.A. decidiu provisionar integralmente o saldo a receber da MPX Chile, no montante de R\$ 28.153. Este montante refere-se ao reembolso a ser efetuado pela MPX Chile relativo a dívida junto ao credor *Credit Suisse*, que está incluído no plano de recuperação judicial da Eneva S.A.
- (q) O saldo refere-se as debêntures conversíveis em ações da 3ª e 4ª emissão da Parnaíba Gás Natural que integraram a transação de combinação de negócios, descrita na nota explicativa nº 15. O fluxo financeiro de recebimento dos juros das debêntures serão recebidos nos próximos 3 anos.
- (r) Refere-se aos juros sobre as 3ª e 4ª emissão de debêntures conversíveis em ações e ao principal e juros da 5ª emissão de debêntures não conversíveis em ações.

Remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria

De acordo com a Lei nº 6.404/1976 e com o estatuto social da Companhia, é responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, fixar o montante global da remuneração anual dos Administradores, cabendo ao Conselho de Administração efetuar a distribuição da verba entre os mesmos.

Os montantes referentes à remuneração anual dos Diretores e do Conselho de Administração estão apresentados abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Benefícios de curto prazo	5.535	36.870	16.771	41.131
Opção de ações outorgadas	-	257	-	257
	5.535	37.127	16.771	41.388

Abaixo os montantes de remuneração individual mínima, média e máxima do Conselho de Administração e Diretores:

	2016			Consolidado 2015		
	Mínima	Média	Máxima	Mínima	Média	Máxima
Conselho Administração	396.00	1.157.872	3.928.162	396.000	7.327.705	21.115.514
Diretores	780.887	2.151.100	6.180.965	15.166	2.056.783	7.616.994

16. Combinação de negócios

Em 25 de setembro de 2009 a Eneva S.A. e a OGX Petróleo e Gás ('OGX') constituíram a OGX Maranhão Petróleo e Gás (antiga denominação da Parnaíba Gás Natural - 'PGN'), com os respectivos percentuais de participação 33,33% e 66,67%.

Em 19 fevereiro de 2014 a Parnaíba Gás Natural passou por uma reestruturação societária, onde a E.ON e a Cambuhy Investimentos Ltda ("Cambuhy") passaram a integrar a base de acionistas da empresa, diluindo os demais acionistas.

Em 05 de novembro de 2015 a Eneva S.A. recebeu com parte do seu aumento de capital, no âmbito do plano de recuperação judicial a participação que a E.ON detinha na Parnaíba Gás Natural. Após essa transferência das ações da E.ON, a PGN passou a ter como acionistas apenas a Eneva S.A., Cambuhy e a OGX.

Em 03 de outubro de 2016, a Eneva S.A. recebeu como parte do seu aumento de capital privado a participação detida pelo fundo Cambuhy e pela OGX, no capital social da PGN, passando a deter 100% do seu capital social.

Adicionalmente, em 12 de dezembro de 2016, a Eneva S.A. adquiriu a totalidade das ações da Parnaíba B.V.. Esta operação foi um desdobramento do aumento de capital privado da Companhia, citado anteriormente. A Parnaíba B.V. é a detentora de equipamentos estratégicos para a campanha exploratória do gás natural, da PGN. Esta empresa, antes da aquisição, era controlada pela OGX. Como os dois negócios (PGN e Parnaíba B.V.) são interdependentes, faz sentido que eles façam parte da mesma estrutura societária.

Apuração do Valor Justo da Combinação de Negócios:

O CPC 46 – Mensuração do Valor Justo, define o valor justo como o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

A Companhia contratou consultoria especializada para apoiar na mensuração do valor justo dos ativos tangíveis e intangíveis de PGN e Parnaíba B.V., com o objetivo de alocar o preço de compra (PPA – *Purchase Price Allocation*) na Controladora Eneva S.A..

A seguir apresentamos os efeitos da alocação do preço de compra e os demais reflexos:

a) Identificação e mensuração do valor justo dos ativos intangíveis:

Os contratos de direito de exploração detidos por PGN, referentes a 9ª e 13ª rodadas licitatórias da ANP, foram avaliados e tiveram seu valor justo calculado conforme abaixo:

Ativo Intangível base contábil de 31.08.17 da PGN - [a]	32.690
Ativo Intangível a valor justo* - [b]	529.508
Mais Valia [c] = [a] - [b]	496.818

* Para a avaliação deste ativo intangível foi considerada a metodologia de Abordagem da Renda e o Método dos Multi-Period Excess Earnings (MEEM).

b) Impostos diferidos:

Conforme disposto no CPC 32, os ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos em uma combinação de negócios devem ser reconhecidos pelos seus valores justos na data da aquisição, e sobre tais valores deve ser apurado seu imposto diferido (ativo ou passivo):

IRCSLL Diferido	Base Contábil	Valor Justo	Diferença Temporária	Alíquota	Imposto Diferido
Ativo Intangível	32.690	529.508	496.818	34%	168.918
Juros a valor justo	105.775	178.966	(73.191)	34%	(24.885)
Impostos Diferidos Total (Passivo)					144.033

c) Definição do valor justo da contraprestação:

O preço de emissão individual das novas Ações foi de R\$15,00 (quinze reais), dos quais (i) R\$13,14 (treze reais e quatorze centavos) serão destinados à conta de capital social; e (ii) R\$1,86 (um real e oitenta e seis centavos) serão destinados à conta de reserva de capital.

Para avaliação do valor justo da contraprestação transferida a Companhia utilizou a cotação de suas ações, na data da operação (03 de outubro de 2016), que era de R\$ 13,06 por ação, por se tratar de instrumento financeiro cotado (nível 01 na classificação de instrumentos financeiros), conforme abaixo demonstrado:

Quantidade de ações entregues - [a]	76.384.790
Preço de emissão - [b]	15,00
Preço de tela (ações Eneva) - [c]	13,06
Diferença d = [b]- [c]	1,94
Efeito total - R\$ mil e = [a]x [d]	148.186
Valor Justo da contraprestação - R\$ mil f= [a]x [c]	997.585

- d) Com a adoção da cotação das ações da Eneva S.A., na data de transação, como valor justo da contraprestação transferida apuramos uma compra vantajosa, no montante de R\$ 190.416. Os ativos adquiridos e os passivos assumidos foram analisados e corretamente identificados:

Debêntures ativas	246.600
Patrimônio líquido PGN a valor justo (parcela incremental de 83,61%)	858.497
Patrimônio líquido Parnaíba B.V a valor justo (100%)	82.904
Ativos recebidos na aquisição - [a]	1.188.001
Quantidade de ações	76.384.790
Preço de tela ações Eneva	13,06
Valor justo da contraprestação - [b]	997.585
Compra Vantajosa [c] = [a] - [b]	(190.416)

Esta operação foi considerada uma combinação de negócios em estágio. Por esse motivo, a Companhia mensurou novamente a sua participação anterior na PGN pelo valor justo aplicado a nova aquisição, reconhecendo em seu resultado uma perda no montante de R\$ 4.371, conforme abaixo demonstrado:

Avaliação a valor justo da participação anterior	
Avaliação da participação anterior	168.291
Participação anterior registrada	172.661
Ajuste de avaliação - Participação anterior	(4.371)

A seguir apresentamos resumo do balanço patrimonial a valor justo, das empresas adquiridas:

PGN			
Ativo Circulante	250.757	Passivo Circulante	343.445
Ativo não circulante	1.978.142	Passivo não circulante	858.666
		Patrimônio líquido	1.026.788
Ativo total	2.228.899	Passivo total	2.228.899
Parnaíba BV			
Ativo Circulante	74	Passivo Circulante	37.613
Ativo não circulante	120.443	Passivo não circulante	-
		Patrimônio líquido	82.904
Ativo total	120.517	Passivo total	120.517

17. Empréstimos e financiamentos

Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, a composição dos empréstimos junto a instituições financeiras está demonstrada a seguir:

						Consolidado							
						2016				2015			
Empresa	Credor	Moeda	Taxas de juros	Vencimento	Taxa Efetiva	Custo de captação a apropriar	Principal	Juros	Total	Custo de captação a apropriar	Principal	Juros	Total
Itaqui	BNDES (Direto)	R\$	TJLP+ 2,78%	15/06/26	2,88%	(7.534)	808.901	2.923	804.290	(8.425)	797.443	2.979	791.997
Itaqui	BNB	R\$	10%	15/12/26	4,94%	(2.190)	200.527	759	199.096	(2.442)	200.527	851	198.937
Itaqui	BNDES (Indireto)	R\$	IPCA + 12,13% TJLP+	15/06/26	4,94%	(1.696)	141.116	7.774	147.194	(1.776)	132.476	7.322	138.022
Itaqui	BNDES (Indireto)	R\$	4,8% TJLP+	15/06/26	10,14%	(1.439)	159.606	692	158.859	(1.468)	157.345	719	156.596
Parnaíba I	BNDES (Direto)	R\$	3,77% TJLP+	15/06/27	2,35%	(25.965)	390.709	1.946	366.690	(27.191)	421.858	1.425	396.092
Parnaíba I	BNDES (Direto)	R\$	IPCA + 6,67%	15/07/26	2,37%	(9.061)	208.875	6.185	205.999	(9.904)	215.695	4.727	210.518
Parnaíba II	Banco Itaú BBA	R\$	CDI+ 3,00%	30/06/17	-	-	31.513	6.864	38.377	-	31.513	1.175	32.687
Parnaíba II	CEF	R\$	CDI+ 3,00%	16/01/17	-	-	269.918	156.890	426.808	-	280.000	92.903	372.903
Parnaíba II	HSBC	R\$	CDI+ 3,00%	16/01/17	-	-	334.116	29.359	363.475	-	334.116	18.142	352.259
Parnaíba II	BNDES (Indireto)	R\$	5,15% TJLP + CDI +	15/06/27	-	-	261.531	1.232	262.763	-	230.637	1.156	231.793
BPMB	BTGI LLC (a)	R\$	3,50% CDI+	05/06/18	-	-	50.000	615	50.615	-	50.000	565	50.565
ENEVA S/A	Banco Itaú BBA	R\$	2,75% CDI+	15/05/28	-	-	282.642	82.984	365.626	-	282.642	29.529	312.172
ENEVA S/A	Banco BTG Pactual	R\$	2,75% CDI+	15/05/28	-	-	514.770	151.137	665.907	-	514.770	53.781	568.551
ENEVA S/A	Bullseye I FIDC	R\$	2,75% LIBOR	15/05/28	-	-	55.641	16.336	71.977	-	55.641	5.813	61.454
ENEVA S/A	Banco Citibank S.A.	US\$	6M LIBOR	15/05/28	-	-	112.054	765	112.819	-	11.908	31	11.940
ENEVA S/A	Bullseye I LLC	US\$	6M LIBOR	15/05/28	-	-	12.204	84	12.288	-	134.165	354	134.519
ENEVA S/A	Banco Credit Suisse	US\$	6M LIBOR	15/05/28	-	(7.534)	808.901	2.923	804.290	-	14.579	38	14.618
						(47.885)	3.834.123	466.545	4.252.783	(51.206)	3.865.316	221.511	4.035.621
Depósitos Vinculados						-	(155.485)	-	(155.485)	-	(117.070)	-	(117.070)
Saldo líquido de empréstimos e financiamentos						(47.885)	3.678.638	466.545	4.097.298	(51.206)	3.748.246	221.511	3.918.551
Circulante						(4.082)	776.864	215.239	988.021	(3.370)	711.094	129.634	837.358
Não circulante						(43.803)	2.901.774	251.306	3.109.277	(47.836)	3.037.152	91.877	3.081.193

(a) Em dezembro de 2016 a BPMB renegociou o contrato de empréstimo com a BTG Stigma LLC mantendo as condições comerciais acordadas anteriormente. O vencimento ocorrerá em duas parcelas de R\$25 milhões em dezembro de 2017 e junho de 2018.

Abaixo a movimentação dos empréstimos:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 2015	1.068.705	3.918.551
(+) Novas captações	-	10.191
(+) Juros incorridos	162.025	545.111
(+/-) Variação cambial Juros	(103)	(103)
(+/-) Variação cambial Principal	(26.621)	(29.422)
(-) Pagamento de juros	-	(221.540)
(-) Pagamento de principal	-	(77.673)
(+) Amortização do custo de captação	-	3.461
(-) Atualização monetária contratual	(9.935)	(12.863)
(-) Depósitos Vinculados	34.546	(38.415)
Saldo em 2016	1.228.617	4.097.298

	Controladora	Consolidado
Saldo em 2014	2.381.898	5.163.698
(+) Novas captações	-	548.222
(+) Juros incorridos	89.484	418.301
(+/-) Variação cambial Juros	1.773	1.804
(+/-) Variação cambial Principal	67.321	60.324
(-) Pagamento de juros	-	(149.208)
(-) Pagamento de principal	(500)	(574.727)
(-) Atualização monetária contratual	-	3.928
(+) Desconto condicional – efeito RJ	(489.381)	(489.381)
(-) Capitalização da dívida – efeito RJ	(947.340)	(947.340)
(-) Depósitos Vinculados	(34.553)	(117.070)
Saldo em 2015	1.068.702	3.918.551

As parcelas dos empréstimos e financiamentos classificadas no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2016 têm o seguinte cronograma de pagamento:

	Consolidado
	2016
Ano de vencimento	
2018	430.553
2019	341.506
2020	367.550
2021 até último vencimento	1.969.668
	3.109.277

Covenants financeiros

Os contratos de financiamento das subsidiárias operacionais possuem cláusulas com *covenants* não financeiros, usuais no mercado e resumidos a seguir, as quais em 31 de dezembro de 2016 se encontram integralmente atendidas:

- Obrigação de apresentar aos credores demonstrações financeiras periodicamente;
- Direito dos credores de executar inspeções e visitas das suas instalações;
- Obrigação de manter atualizadas as obrigações tributárias, previdenciárias e trabalhistas;
- Obrigação de manter em vigor contratos materialmente relevantes para as suas operações;
- Respeitar a legislação ambiental e manter em vigor as licenças necessárias para as suas operações;
- Restrições contratuais quanto a operações com partes relacionadas e alienações de ativos fora do curso normal de negócios;
- Restrições quanto à mudança de controle, reestruturações societárias e alteração material no objeto social e nos atos constitutivos dos devedores; e
- Limites de endividamento e para a contratação de novas dívidas.

Os contratos de financiamento relativos aos projetos Pecém II Geração de Energia S.A., Porto do Itaqui Geração de Energia S.A. e Parnaíba Geração de Energia S.A. contêm cláusulas específicas de *covenants* financeiros, conforme abaixo demonstrado:

Empresa	Descrição do Covenants Financeiros	Posição em 31/12/2016
Parnaíba I	Índice de Capital Próprio de no mínimo 25%	Atendido
Itaqui	Relação Equity x Debt proporcional a 25/75	Atendido
Itaqui	Relação Patrimônio x Ativo Total de no mínimo 20%	Atendido
Pecém II	Relação Equity x Debt proporcional a 25/75	Atendido

Conforme acima apresentado, não foram identificadas situações de descumprimento de cláusulas de *covenants* financeiros e não financeiros até 31 de dezembro de 2016.

18. Debêntures

								Consolidado					
								2016			2015		
Empresa	Credor	Moeda	Taxas de juros	Venc.	Taxa Efetiva	Custo a apropriar	Principal	Juros	Total	Principal	Juros	Total	
Parnaíba III	Bradesco	(a)	R\$	CDI + 4,00%	26/07/18	4,23%	-	100.457	3.063	103.520	120.000	3.707	123.707
BPMB	MS FI	(b)	R\$	CDI + 3,50%	05/12/16	-	-	-	-	49.000	554	49.554	
PGN	2ª Emissão (Bradesco/Citibank)	(c)	R\$	123% CDI	28/02/20	-	(6.407)	661.560	36.498	691.652	-	-	-
PGN	5ª Emissão (Cambuhy I Fundo de Investimentos)		R\$	123% CDI	25/08/17	-	50.000	790	50.790	-	-	-	
							(6.407)	812.017			169.000	4.261	173.261
							-						
							(6.407)	596.626	-	590.219	-	-	-
Circulante													
Não circulante													

- (a) Em 22 de julho de 2016 a Parnaíba III assinou aditivo a escritura de Debêntures postergando o vencimento para 26 de julho de 2018 e alterando a taxa de juros remuneratórios de 3,50% para 4,00%. Em 13 de setembro de 2016 a Parnaíba III efetuou o pagamento de R\$ 20.000 referente a amortização facultativa parcial de principal e juros remuneratórios incidentes aplicáveis.
- (b) Em dezembro de 2016 a BPMB liquidou integralmente em seu vencimento as debêntures emitidas no valor de principal de R\$ 49 milhões acrescidos de juros de R\$ 4,2 milhões.
- (c) Em fevereiro de 2014, a PGN aprovou a emissão de 74.500 debêntures simples não conversíveis em ações com valor unitário de R\$ 10, representando um montante de até R\$ 745.000, ao custo de 120% de CDI, com vencimento final em 20 de fevereiro de 2020, com juros remuneratórios semestrais e amortização do principal na seguinte proporção: 11,2% em Fev/16, 22,2% em Fev/17, 22,2% em Fev/18, 22,2% em Fev/19 e 22,2% em Fev/20. Em 25 de fevereiro de 2016, foi aprovada em Assembleia Geral de Debenturistas a prorrogação da primeira parcela de amortização do principal de 28 de fevereiro de 2016 para 28 de agosto de 2016. Em 3 de outubro de 2016 foi aprovada a majoração dos juros remuneratórios para 123% do CDI.

Abaixo a movimentação das debêntures:

		Consolidado
Saldo em 2015		173.261
(+) Aquisição controlada PGN		714.715
(+) Juros incorridos		54.198
(-) Pagamento de juros		(28.542)
(-) Pagamento de principal		(68.543)
(+) Amortização do custo de captação		873
Saldo em 2016		845.962
		Consolidado
Saldo em 2014		-
(+) Aquisição controlada Parnaíba III		121.920
(+) Novas captações		49.000
(+) Juros incorridos		2.341
Saldo em 2015		173.261

19. Impostos e contribuições a recolher

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	-	-	25.269	2.779
Contribuição Social sobre Lucro Líquido - CSLL	-	-	19.785	9.129
Imposto de Renda Retido na Fonte	1.106	1.073	42.823	27.052
ICMS	23	-	34.396	2.870
PIS, COFINS, CSL e IOF	3.689	1.580	21.328	13.308
IPI Importação	-	-	40	213
PIS/COFINS	-	-	248	-
FGTS	127	740	625	2.202
Imposto de Importação	-	-	122	397
Royalties/Participação Especial	-	-	5.546	1.469
Outros	142	67	3.272	1.917
	5.087	3.460	153.454	61.336

A variação apresentada nos saldos consolidados é reflexo da consolidação da Parnaíba Gás Natural S.A., após o aumento de capital, conforme apresentado na Nota Explicativa nº 1.

20. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

A administração dos instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando à liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas frente as vigentes no mercado. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo com instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, sendo essa determinação prevista na política de aplicações financeiras vigente.

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia e suas controladas foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito importante nos valores de realização estimados.

A descrição dos saldos contábeis consolidados dos instrumentos financeiros incluídos nos balanços patrimoniais, bem como a classificação da hierarquia de valor justo, está apresentado a seguir:

Instrumentos financeiros	Controladora	
	2016	2015
Ativos		
Empréstimos e Recebíveis	777.533	941.693
Depósito vinculado (nível 1)	55	46
Operações com partes relacionadas (nível 1)	777.478	941.647
Ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado	107.836	73.191
Ganhos em operações com derivativos (nível 2)	-	21.122
Provisão Perdas com derivativos (nível 2)	-	(21.122)
Caixa e Equivalente de Caixa (nível 1)	70.970	73.191
Títulos e valores mobiliários (nível 2)	36.866	-
Investimentos mantidos até o vencimento	-	-
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	-
Passivos		
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado	1.283.184	1.113.897
Fornecedores (nível 1)	15.619	7.142
Empréstimos e financiamentos (nível 2)	1.228.617	1.068.702
Operações com partes relacionadas (nível 1)	38.948	38.053
Passivos financeiros pelo valor justo por meio do resultado	-	-

	Consolidado	
	2016	2015
Ativos		
Empréstimos e Recebíveis		
Contas a receber (nível 1)	622.961	677.319
Depósito vinculado (nível 1)	315.153	338.580
Operações com partes relacionadas (nível 1)	32.203	38.205
Contas a receber - operações de comercialização de energia LP (nível 1)	265.239	271.324
	10.366	29.210
Ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado	626.754	248.718
Ganhos em operações com derivativos (nível 2)	-	103
Caixa e equivalente de caixa (nível 1)	493.997	247.415
Títulos e valores mobiliários (nível 2)	132.757	1.200
Investimentos mantidos até o vencimento	-	-
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	-
Passivos		
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado	5.248.587	4.462.304
Fornecedores (nível 1)	182.659	126.985
Empréstimos e financiamentos em R\$ (nível2)	4.097.247	3.918.551
Debêntures (nível2)	845.961	173.261
Compra de energia - longo prazo (nível 1)	-	130.124
Operações com partes relacionadas (nível 1)	118.390	108.933
Retenções contratuais (nível 1)	4.330	4.450
Passivos financeiros pelo valor justo por meio do resultado	-	-

Os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e apresentados acima se aproximam dos valores de mercado (valor justo).

Valor justo dos instrumentos financeiros

O conceito do "valor justo" prevê a avaliação de ativos e passivos com base nos preços de mercado, quando se tratar de ativos com liquidez, ou em modelos matemáticos de precificação, caso contrário. O nível de hierarquia do valor justo fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo. Uma parte das contas da empresa tem seu valor justo igual ao valor contábil; são contas do tipo equivalentes de caixa, a pagar e a receber, dívidas *bullet* e de curto prazo. Aplicações financeiras estão sendo apresentadas pelo valor justo, devido à sua classificação na categoria de valor justo através do resultado.

Derivativos, hedge e gerenciamento de risco

Atualmente não existe posição de hedge/derivativo em aberto.

Risco de mercado

Risco de variação nos preços de mercadorias (commodities), taxas de câmbio e de juros.

20.1.1 Risco de variação de preço (commodities)

No caso da Eneva, esse risco está associado exclusivamente ao preço do carvão, que forma os estoques necessários para geração de energia nas termoeletricas.

O preço do carvão em estoque está fixado e será convertido em receita pela remuneração da geração de energia de acordo com as regras do PPA (*Power Purchase Agreement*). O período entre a compra da carga e sua utilização para geração de energia se configura como o risco de variação de preço carregado pela termoeletrica. Temos abaixo uma projeção de risco e sensibilidade dos montantes médios dos exercícios de 2016 e 2015:

Itaqui	Valor de Mercado	API2 / CIF ARA	API2 / CIF ARA
		(alta 25%)	(alta 50%)
2015 (R\$)			
Receita Variável (Ccomb)	233.015.622	291.269.527	349.523.432
Custo Variável (Carvão)	205.303.830	249.404.630	293.505.430
Resultado Variável	27.711.792	41.864.897	56.018.003
2016 (R\$)			
Receita Variável (Ccomb)	192.916.166	241.145.208	289.374.249
Custo Variável (Carvão)	172.269.146	210.526.952	248.784.759
Resultado Variável	20.647.021	30.618.255	40.589.490

Premissas	2015	2016
Geração	2.403.271	1.796.647
Consumo de carvão	938.256	734.973
CIF ARA	56,46	59,66
API2	56,46	59,66
Premio	9,25	7,50
Fator i	0,5157	0,5157
FX	3,33	3,49

Sendo:

$Ccomb = CIF\ ARA * Fator\ i * FX$

$Custo\ Carvão = API2 + premio$

$API2 \sim CIF\ ARA$

20.1.2 Risco cambial

Risco de flutuação nas taxas de câmbio às quais podem estar associados ativos e passivos da Companhia:

a) Estoque de carvão

Na formação do estoque de carvão para suas termoeletricas, a Companhia assume posição comprada no preço do carvão, que por sua vez, é determinado no mercado internacional em dólar americano. Consequentemente, a Companhia assume também posição comprada em dólar, gerando assim um descasamento entre seu ativo e passivo. Da forma como mencionado anteriormente para o risco de preço do carvão, a Companhia estuda mecanismos de proteção contra os riscos de mercado associados à compra do carvão. Ou seja, as operações de proteção para o preço da *commodity* e o risco cambial serão estruturadas simultaneamente.

b) Empréstimos e Financiamentos

A Companhia não possui exposição cambial relevante relacionada ao seu passivo financeiro oriundo de operações denominadas em moeda estrangeira em suas controladas. Temos abaixo uma projeção de risco e sensibilidade dos montantes atuais em aberto.

Risco	Valor Futuro Mercado	Valor Futuro (alta 25%)	Valor Futuro (alta 50%)
Risco de Cash Flow:			
Passivo indexado ao Dólar Libor USD	125.107	156.384	187.660
Outstanding (Principal + Juros)	125.107	156.384	187.660
Aumento da despesa financeira	-	31.277	62.553

A avaliação acima apresentada não representa o total exposto na moeda e nem a perda global relacionada à exposição.

Taxa de referência: PTAX 800 Venda (3,2591 em 31/12/16) do Banco Central do Brasil.

Cenário I: choque adverso em 25% (alta do câmbio para gerar perda em uma exposição vendida)

Cenário II: choque adverso em 50% (alta do câmbio para gerar perda em uma exposição vendida)

Fonte: Bloomberg.

20.1.3 Risco de taxa de juros

Risco de deslocamento das estruturas de juros que podem estar associadas aos fluxos de pagamento de principal e juros de dívida.

a) Risco de *cash flow* relacionado aos juros flutuantes

A Companhia e suas controladas têm 90% de seu passivo indexado ao mercado flutuante de juros e inflação no segmento dos depósitos interbancários (DI), no mercado inflacionário com a correção dada pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e pelo indexador econômico TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo).

As linhas com o BNDES corrigidas pelos indexadores IPCA e TJLP, que também contém um forte componente inflacionário, são parte de um segmento diferenciado de crédito com baixa volatilidade associada e, portanto, baixa probabilidade de deslocamentos abruptos nas taxas. O ativo da Companhia e suas controladas, representado por suas receitas, também será corrigido pelas mesmas taxas, fato que reduz substancialmente o descasamento entre as taxas de ativos e passivos.

A dívida atual tem principal de R\$ 3.834.123 e saldo total de R\$ 4.252.782 em 31/12/2016. Desse total, aproximadamente 27% têm vencimento no curto prazo. Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores das dívidas aos quais a companhia estava exposta, foram definidos 3 diferentes cenários. Como cenário provável a companhia utilizou projeções de mercado para estimar o que seriam as despesas financeiras brutas no ano de 2017. Como cenários alternativos a Companhia calculou o que seria a perda financeira no ano de 2017 caso as curvas de TJLP, CDI e IPCA fossem deslocadas em 25% e 50% respeitando os prazos de pagamento de cada linha.

Risco	Cenário Provável	Cenário I (alta 25%)	Cenário II (alta 50%)
Risco de Cash Flow:			
Alta na Taxa de Juros			
Passivo indexado a TJLP	167.489	194.285	220.677
Passivo indexado ao CDI	261.302	316.011	370.282
Passivo indexado ao IPCA	46.210	50.123	54.016
Despesa Financeira Esperada	475.001	560.419	644.975
Aumento da despesa financeira	-	85.418	169.974

Metodologia: deslocamento paralelo para cima das curvas de juros em 25% e 50%.

IPCA 2017: 4,80% (Fonte: Boletim Focus)
TJLP 2017: 7,50% (Fonte: Conselho Monetário Nacional)
CDI Médio 2017: 11,53% (Fonte: Projeção de Mercado)

Risco de crédito

O risco de crédito decorre da possibilidade da Companhia e de suas controladas sofrerem perdas em função da inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Esse fator de risco pode ser oriundo de operações comerciais e da gestão de caixa.

Para mitigar os riscos, a Companhia e suas controladas adotam como prática a análise da situação financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como o acompanhamento permanente das posições em aberto.

A Companhia possui uma política de aplicações financeiras, na qual estabelece limites de aplicação por instituição e considera a avaliação de *rating* como referencial para limitar o montante aplicado. Os prazos médios são constantemente avaliados bem como os indexadores das aplicações para fins de diversificação do portfólio.

	Consolidado	
	2016	2015
Posições do risco de crédito		
Caixa e equivalente de caixa	493.997	247.415
Contas a receber de clientes	315.153	338.580
Ganhos em operações com derivativos	-	103
Títulos e valores mobiliários	132.757	1.200
Contas a receber- operações de comercialização de energia	10.366	29.210
Compra de energia – longo prazo	-	(130.124)
Obrigações a pagar ao operador	-	(34.927)
Depósito vinculado	32.203	38.205
Consolidado das contas credoras	984.476	489.662

Risco de liquidez

A Companhia e suas controladas monitoram seu nível de liquidez considerando os fluxos de caixa esperados em contrapartida ao montante disponível de caixa e equivalentes de caixa. A gestão do risco de liquidez implica em manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes e capacidade de liquidar posições de mercado. Os valores reconhecidos em 31 de dezembro de 2016 se aproximam dos valores de liquidação das operações, incluindo a estimativa de pagamentos futuros de juros.

	Consolidado					
	2016					
	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Passivos						
Fornecedores	-	177.249	5.410	-	-	182.659
Partes relacionadas	-	19.745	98.645	-	-	118.390
Empréstimos e financiamentos	968.913	214.015	360.822	1.636.699	4.149.140	7.329.589
Debêntures	230.943	90.828	321.946	370.767	-	1.014.484
Retenção contratual	-	4.330	-	-	-	4.330
	1.199.856	506.167	786.823	2.007.466	4.149.140	8.649.452
	Consolidado					
	2015					
	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Passivos						
Fornecedores	-	122.706	4.279	-	-	126.985
Partes relacionadas	-	-	108.933	-	-	108.933
Obrigações a pagar ao operador	-	-	34.927	-	-	34.927
Compra de Energia - LP	-	-	130.124	-	-	130.124
Empréstimos e financiamentos	389.367	1.178.536	546.354	1.349.970	9.226.694	12.690.920
Debêntures	10.042	163.218	-	-	-	173.260
Retenção contratual	-	4.449	-	-	-	4.449

399.409	1.468.909	824.617	1.349.970	9.226.694	13.269.599
----------------	------------------	----------------	------------------	------------------	-------------------

Gestão de Capital

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital do Grupo, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras companhias do setor, o Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 podem ser assim sumariados:

	Consolidado	
	2016	2015
Total dos empréstimos, financiamentos e debêntures (Nota 17 e 18)	4.943.259	4.091.812
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	(493.997)	(247.415)
Dívida líquida	4.449.262	3.844.397
Total do patrimônio líquido	4.480.808	3.577.177
Total do capital	8.930.070	7.421.574
Índice de alavancagem financeira - %	50	52

O capital não é administrado ao nível da Controladora, somente ao nível consolidado.

21. Provisão para contingências

A Companhia e suas controladas são parte em ações judiciais cíveis (indenizatórias) e trabalhistas, no montante total de R\$ 366.900 (R\$ 343.068 em 31 de dezembro de 2015), avaliadas pelos assessores jurídicos como segue:

					Consolidado
					2016
	Provável		Possível		
	Indenizatória	Trabalhista	Indenizatória	Trabalhista	Total
Contingências	-	3.708	340.014	23.177	366.900

As contingências classificadas como risco provável de perda, referem-se substancialmente a controlada Amapari Energia e estão integralmente provisionadas.

Em 04 de Julho de 2016, a controlada UTE Porto do Açu Energia S.A. celebrou acordo com a PRUMO Logística S.A., com o objetivo de encerrar os litígios existentes entre as partes, no montante aproximado de R\$ 150.000 e transferir a licença ambiental para implantação de projeto termelétrico a gás natural detida pela UTE Porto do Açu, subsidiária da Companhia, para a Gás Natural Açu Ltda., subsidiária da Prumo.

As principais causas com classificação de perda possível, referem-se a ações de indenização a fornecedores da controlada em conjunto MABE Construção e Administração de Projetos Ltda. Nestas causas, no montante de R\$ 60.995, a Eneva S.A. é ré, de forma solidária.

22. Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2016 o capital social da Companhia está dividido em a 239.128.430 ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal.

Em 05 de novembro de 2015, foi homologado, em Reunião do Conselho de Administração, o aumento de capital aprovado em 26 de agosto de 2015 pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia. O capital social da Companhia, era de R\$ 4.711.337, dividido em 840.106.107 ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal, e passou a ser de R\$ 7.011.868, dividido em 16.176.982.098 ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal.

Em 07 de abril de 2016, foi aprovada, em Assembleia Geral Extraordinária, a realização do grupamento das 16.176.982.098 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal da Companhia, na proporção de 100 ações ordinárias para 1 ação ordinária, passando o capital a ser composto por 161.769.820 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, sem modificação do valor do capital social. As ações da Companhia passaram a ser negociadas em conformidade com as condições do grupamento a partir de 12 de maio de 2016.

Em 3 de outubro de 2016 foi concluído o aumento de capital privado da Eneva S.A., que foi aprovado na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, conforme detalhado na nota explicativa 01.

O capital social da Companhia, em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, corresponde a R\$ 8.028.361 e R\$ 7.011.868, respectivamente. Nas demonstrações financeiras o capital social é apresentado líquido do custo de captação do IPO, no montante de R\$ 4.294, nos montantes de R\$ 8.024.122 e R\$ 7.007.629, respectivamente. A seguir a distribuição das ações da Companhia:

	Controladora			
	2016			
	Ações ordinárias		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Acionista				
Banco BTG Pactual	80.659.750	33,73%	80.659.750	33,73%
Cambuhy	61.501.011	25,72%	61.501.011	25,72%
DD Brazil Holdings (E.ON)	19.808.765	8,28%	19.808.765	8,28%
Itaú Unibanco	18.842.832	7,88%	18.842.832	7,88%
OGX Petróleo e Gás S.A.	14.875.412	6,22%	14.875.412	6,22%
Outros	43.440.660	18,17%	43.440.660	18,17%
Total	239.128.430	100,00%	239.128.430	100,00%

	Controladora			
	2015			
	Ações ordinárias		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Acionista				
Banco BTG Pactual	8.019.078.311	49,57%	8.019.078.311	49,57%
DD Brazil Holdings (E.ON)	1.884.283.260	11,65%	1.884.283.260	11,65%
Itaú Unibanco	1.980.876.587	12,25%	1.980.876.587	12,25%
Ice Canyon	1.100.447.853	6,80%	1.100.447.853	6,80%
Bullseye	1.055.689.298	6,53%	1.055.689.298	6,53%
Outros	2.136.606.789	13,21%	2.136.606.789	13,21%
Total	16.176.982.098	100,00%	16.176.982.098	100,00%

23. Resultado por ação

O resultado por ação, básico e diluído, foi calculado pela divisão do resultado do período atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 e a respectiva quantidade de ações ordinárias em circulação conforme o quadro abaixo:

	2016		2015	
	Ordinárias	Total	Ordinárias	Total
Resultado do exercício				
Numerador básico				
Lucro/Prejuízo atribuível aos acionistas				
Controladores das operações continuadas	(108.107)	(108.107)	142.638	142.638
Denominador básico				
Média ponderada de ações	180.844.546	180.844.546	25.262.684	25.262.684
Lucro/Prejuízo por ação (R\$) – básico	(0,5977897)	(0,5977897)	5,6461934	5,6461934

	2016		2015	
	Ordinárias	Total	Ordinárias	Total
Resultado do exercício				
Numerador diluído (Prejuízo)/Lucro atribuível aos acionistas Controladores das operações continuadas	(108.107)	(108.107)	142.638	142.638
Denominador diluído Média ponderada de ações	180.844.546	180.844.546	25.262.684	25.262.684
(Prejuízo)/Lucro por ação (R\$) - diluído	(0,5977897)	(0,5977897)	5,6461934	5,6461934

24. Plano de pagamento baseado em ações

As opções de ações da Companhia têm a seguinte composição:

Patrimônio líquido – Reserva de Capital	Consolidado	
	2016	2015
Outorgadas pela Companhia	35.420	36.861
	35.420	36.861
Resultado	Consolidado	
	2016	2015
Outorgadas pela Companhia	-	257
	-	257

Os planos de outorga de opções de compra de ações foram lançados em duas modalidades distintas: plano primário, que consiste na outorga de opções de compra que implicam na emissão de novas ações pela Companhia, ou cessão de ações em tesouraria; e planos secundários, referentes a opções oferecidas pelo acionista controlador aos executivos da Companhia, neste caso, sem diluição do capital acionário.

(a) Opção de ações outorgadas pela Companhia

Em 02 de agosto de 2016, em assembleia geral, a Companhia deliberou o cancelamento do Programa de Outorga de Opção de Compra ou Subscrição de Ações existente e criou novo programa de opção de compra da Companhia. Para o novo programa ainda não tivemos nenhuma outorga.

(b) Opções de ações outorgadas pelo Acionista Controlador

Face a implementação do plano de recuperação judicial da Companhia o acionista Sr. Eike Fuhrken Batista não faz mais parte do bloco controlador da Eneva S.A. e a maioria dos funcionários contemplados com o plano de opções de ações outorgadas por ele, não faz mais parte do quadro de colaboradores da Companhia.

Portanto, a Companhia optou por realizar o montante relativo ao plano de opções de ações outorgado por este acionista, R\$ 315.560, mantido como reserva de lucros transferindo-o para prejuízos acumulados, em 2015.

25. Receita operacional

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração de resultado do período assim se apresenta:

	Consolidado	
	2016	2015
Receita bruta	2.357.939	1.686.083
Impostos sobre as vendas	(196.955)	(167.450)
Total da receita líquida	2.160.983	1.518.633

A variação apresentada nos saldos consolidados é reflexo da consolidação da PGN, após o aumento de capital apresentado na Nota Explicativa nº 1 - Contexto operacional.

Os impostos incidentes sobre a venda sofreram impacto menos expressivo, por conta do crédito presumido de ICMS, que reduz a alíquota da PGN de 18% para 4,6%.

26. Custos e despesas por natureza

Custos e despesas por natureza		Controladora		Consolidado	
		2016	2015	2016	2015
Depreciação e amortização	(a)	(2.676)	(2.570)	(356.391)	(147.581)
Despesas com pessoal		(16.246)	(43.013)	(137.628)	(137.092)
Serviços de terceiros		(30.796)	(26.575)	(184.252)	(144.708)
Despesas com aluguéis	(a)	(5.067)	(5.456)	(86.937)	(207.512)
Despesas com opções de ações outorgadas		-	(209)	-	(289)
Provisão Perdas de Investimento	(b)	(24.191)	-	(99.449)	10.121
Custo por Indisponibilidade		-	-	(1.601)	(2.632)
Custos regulatórios	(c)	-	-	(129.407)	118.162
Material		(1.026)	-	(25.997)	(21.100)
Custo de Prospecção de Gás Natural	(d)	-	-	(92.085)	(9.922)
Seguros		(570)	-	(36.420)	(33.697)
Outras despesas	(a)	(51)	(2.918)	(18.219)	(64.228)
Ganho/perda com avaliação a valor justo de investimento		(4.371)	64.386	(4.371)	64.386
Ganho compra vantajosa	(e)	190.416	-	190.416	-
Perda na alienação de bens e direitos		-	(45.792)	(18.540)	(45.461)
Perda na extinção de passivos financeiros		-	(131.005)	-	(131.005)
Perda na liquidação de derivativos financeiros		-	(21.122)	-	(21.122)
Insumos – óleo diesel/lubrificantes		-	-	(7.091)	(6.881)
Insumos- carvão		-	-	(205.109)	(247.189)
Insumos – gás Natural		-	-	(288.429)	(264.671)
Insumos - outros		-	-	(2.080)	(14.992)
Impostos e contribuições		(217)	(487)	(3.993)	(8.488)
Energia elétrica para revenda		-	-	(52.515)	(25.654)
		105.205	(214.761)	(1.560.098)	(1.341.555)
Classificados como:					
Custo		-	-	(1.429.043)	(1.118.838)
Despesas administrativas e gerais e outros resultados operacionais		105.205	(214.761)	(131.056)	(222.717)

- (a) A variação observada nestes custos e despesas se refere a consolidação da PGN, ocorrida após a operação de combinação de negócios, conforme descrito na nota explicativa nº15.
- (b) O saldo apresentado se refere ao registro da provisão de *impairment* para o ativo imobilizado das subsidiárias UTE Porto do Açu, Açu II Geração, Açu III Geração e Seival Participações, conforme descrito na nota explicativa nº12.5.
- (c) Em novembro de 2015 houve a publicação do despacho nº 3.690/2015, o qual determinou o reembolso das parcelas pagas indevidamente a título de ADOMP pela metodologia de indisponibilidade horária. Tal aplicação gerou uma recuperação de custos, no valor total de R\$96.483. Em dezembro de 2015 foi publicado o despacho nº 3.878/2015, o qual definiu nova metodologia para quantificação da indisponibilidade com a utilização da janela móvel de 60 meses. Este despacho teve, em adição ao efeito prospectivo, previsão para reembolso das parcelas indevidamente pagas sem aplicação desta metodologia. Tal aplicação gerou uma recuperação de custos, no valor total de R\$21.679, totalizando R\$118.162.
- (d) O saldo é composto basicamente por custos de prospecção de gás, apurados pelas controladas BPMB Parnaíba S.A. e PGN S.A..
- (e) Este montante refere-se ao reconhecimento de compra vantajosa, oriundo da operação de combinação de negócios na aquisição da PGN, conforme descrito na nota explicativa nº 15.

27. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Despesas financeiras				
Comissão sobre fianças bancárias	-	-	(10.307)	-
Encargos da dívida (a)	(168.086)	(95.262)	(574.587)	(464.707)
Variação monetária	(21.501)	(98.163)	(26.156)	(98.249)
Perda nas operações com derivativos	-	(2.348)	-	(2.348)
Juros/custo debêntures	(91)	(97)	(46.002)	(824)
Outros	(602)	(1.668)	(57.220)	(66.256)
	<u>(190.279)</u>	<u>(197.538)</u>	<u>(714.273)</u>	<u>(632.384)</u>
Receitas financeiras				
Aplicação financeira	10.017	19.416	59.837	42.260
Rendas de partes relacionadas	82.793	110.471	33.609	44.065
Variação monetária	48.225	29.070	55.681	36.121
Ganhos (perdas) nas operações com derivativos	-	6.560	359	6.560
Valor justo debêntures	-	-	71	232
Desconto Dívida RJ (20%) (a)	-	489.381	-	489.381
Atualização monetária contratual	9.935	-	12.863	-
Outros (b)	(4.100)	8.657	3.493	31.860
	<u>146.870</u>	<u>663.555</u>	<u>165.913</u>	<u>650.479</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(43.409)</u>	<u>466.017</u>	<u>(548.359)</u>	<u>18.095</u>

(a) Com a aprovação do plano de recuperação judicial aplicou-se redução de 20% do valor dos créditos quirografários, o que ocorreu por meio de deságio da dívida, isto é, cancelamento parcial dos mesmos. O valor dos 20% do desconto foi reconhecido em junho nos referidos passivos em contrapartida de outras receitas operacionais.

(b) Inclui a despesa de Pis e Cofins incidente sobre as receitas financeiras.

28. Cobertura de seguros (não auditado)

A Companhia e suas controladas diretas e indiretas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As apólices estão em vigor e os prêmios foram devidamente pagos. A Companhia considera que a cobertura de seguros é consistente com as outras empresas de dimensão semelhante operando no setor.

Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, as coberturas de seguros eram:

	Consolidado	
	2016	2015
Danos materiais	12.823.857	20.891.314
Responsabilidade civil	510.000	535.000

Abaixo as principais apólices em vigor:

				Consolidado	
				2016	
Seguradora	Modalidade	Valor em Risco	Limite Máximo Indenizável	Vigência	Prêmio
Valores expressos em Reais mil e Dólares mil					
ACE Seguradora	Riscos Operacionais	USD 3.998.845	USD 1.000.000	01/08/16 a 01/08/17	USD 11.236
ACE Seguradora	Responsabilidade Civil Geral		R\$ 135.000 por evento ou no agregado	01/08/16 a 01/08/17	R\$ 263
Tokio Marine Seguradora	Responsabilidade Civil Geral		R\$ 50.000 por evento ou R\$100.000 no agregado	01/07/16 a 01/07/17	R\$ 210
Fairfax Seguros	Responsabilidade Civil dos Administradores		R\$ 300.000 por evento ou agregado	30/08/16 a 30/08/17	R\$ 1.057
XL Seguros	Responsabilidade Civil de Operador Portuário		R\$ 25.000 por evento ou R\$ 50.000 no agregado	23/08/16 a 23/08/17	R\$ 24

29. Informações por segmento

As informações por segmento devem ser preparadas de acordo com o CPC 22 (Informações por Segmento), equivalente ao IFRS 8 e devem ser apresentadas em relação aos negócios da Companhia e suas controladas, identificados com base na sua estrutura de gerenciamento e nas informações gerenciais internas, fornecidas ao principal gestor para a tomada de decisão.

A Administração da Companhia toma suas decisões com base em cinco segmentos de negócios principais, os quais estão sujeitos a riscos e remunerações gerenciados por decisões centralizadas, a saber: geração de energia – térmicas à carvão, geração de energia – térmicas a gás, comercialização de energia, produção de gás natural e corporativos.

Os novos segmentos refletem a atual estrutura do modelo de negócio da Companhia. A ENEVA tem três pilares em seu modelo de negócio: Geração, Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural e o modelo *Reservoir to Wire*. Além disso, no segmento de geração, é importante a sub segmentação por fonte de geração e a diferenciação com relação as atividades de comercialização de energia. Por tanto, a gestão da Companhia estabeleceu os seguintes segmentos: Geração a gás, geração a carvão, produção de gás natural (exploração e produção de petróleo e gás natural), comercialização e *holding* e outros.

A seguir descrição dos segmentos:

Geração a gás

Este segmento é composto pelas controladas Parnaíba I Geração de Energia S.A., Parnaíba II Geração de Energia S.A., Parnaíba III Geração de Energia S.A., Parnaíba IV Geração de Energia S.A.. Essas usinas são denominadas de complexo de Parnaíba, com capacidade instalada de 1,4 GW e geração de energia através da utilização de gás natural. O complexo de usinas do Parnaíba está localizado no estado do Maranhão.

Produção de gás natural

Neste segmento o Grupo atua na exploração e produção (E&P) de hidrocarbonetos em uma área de aproximadamente 27 mil km² na Bacia do Parnaíba, Estado do Maranhão. Este segmento é composto pelas controladas PGN S.A. e BPMB Parnaíba S.A..

Geração a carvão

Neste segmento o Grupo atua na geração de energia elétrica à carvão mineral importado com contrato de Comercialização de Energia Elétrica no Mercado Regulado – CCEAR. Este segmento é composto pela controlada Itaqui Geração de Energia S.A., com capacidade instalada de 360 MW e localizada no estado do Maranhão, interligada ao Subsistema Norte de produção e transmissão de energia do Sistema Interligado Nacional (SIN). Adicionalmente, este segmento contempla também controlada em conjunto Pecém II Participações S.A. que tem seu impacto refletido via equivalência patrimonial.

Comercialização de Energia

Neste segmento o Grupo atua na comercialização de contratos de energia no mercado regulado pelo CCEE. Este segmento é composto pela controlada indireta Eneva Comercializadora de Energia Ltda..

Holdings e outros

Este segmento é composto pelos saldos de Eneva S.A. e Eneva Participações S.A., além das empresas mantidas para o desenvolvimento de projetos futuros, tais como Sul Geração de Energia S.A. e Eneva Solar Empreendimentos Ltda, dentre outras (conforme demonstrado no organograma da Companhia na Nota Explicativa nº 1).

Atualmente as atividades são geradas pelo gestor principal, sendo este quem aloca e avalia o desempenho do segmento operacional. No caso da Companhia esse gestor é a Diretoria Executiva.

A Administração avalia periodicamente se sua segmentação de negócios está aderente com a tomada de decisão da Companhia.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2016 – ENEVA S.A.

	2016						
	Geração a Gás	Produção de Gás Natural	Geração a Carvão	Comercializadora	Holding e outros	Eliminações e ajustes	Total do consolidado
Balço patrimonial - ativo	3.600.601	2.475.631	2.882.635	68.448	6.375.768	(5.042.512)	10.360.571
Circulante	618.459	526.504	221.714	12.746	169.429	(299.251)	1.249.601
Caixa e equivalentes de caixa	208.799	145.921	59.540	3.480	76.411	-	494.151
Contas a receber de clientes	230.677	-	73.982	9.252	1.242	-	315.153
Títulos e Valores mobiliários	89.170	2.469	-	-	40.964	-	132.603
Estoque	50.505	39.006	73.667	-	10	-	163.188
Ganhos em operações com derivativos	103	-	-	-	(40)	-	63
Depósitos vinculados	-	-	-	-	51	-	51
Outros ativos circulantes	39.205	339.108	14.525	14	50.791	(299.251)	144.390
Não circulante	2.982.142	1.949.127	2.660.921	55.702	6.206.339	(4.743.261)	9.110.970
Realizável a longo prazo	314.613	153.898	228.055	55.622	925.306	(792.619)	885.332
Partes relacionadas	162.504	-	2.588	10.801	607.145	(510.784)	272.254
Clientes	-	-	-	10.366	-	-	10.366
Subsídios a receber -CCC	-	-	-	-	24.617	-	24.617
Impostos diferidos	145.261	72.291	192.127	21.851	-	-	431.530
Depósitos vinculados	-	228	31.921	-	4	-	32.152
Debêntures a receber	-	-	-	-	246.600	(246.600)	-
Outros ativos não circulantes	6.848	81.379	1.419	12.604	46.940	(35.778)	114.595
Investimentos	-	-	335.568	-	5.032.807	(4.927.351)	441.024
Imobilizado	2.520.314	1.756.191	2.088.001	1	163.552	-	6.528.059
Intangível	147.215	39.038	9.297	79	84.035	976.891	1.256.555
Diferido	-	-	-	-	639	(639)	-

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2016 – ENEVA S.A.

		2015					
	Geração a Gás	Produção de Gás Natural	Geração a Carvão	Comercializadora	Holding e outros	Eliminações e ajustes	Total do consolidado
Balço patrimonial – ativo	3.522.454	631.282	2.925.686	117.585	5.084.558	(3.954.020)	8.327.545
Circulante	483.865	32.749	241.954	58.758	126.033	(20.003)	923.356
Caixa e equivalentes de caixa	120.680	1.053	38.765	2.319	84.598	-	247.415
Contas a receber de clientes	221.197	-	106.653	9.508	1.221	-	338.580
Títulos e Valores mobiliários	1.200	-	-	-	-	-	1.200
Estoque	49.791	-	79.410	-	2	-	129.203
Ganhos em operações com derivativos	103	-	-	-	-	-	103
Depósitos vinculados	0	-	-	38.083	46	-	38.129
Outros ativos circulantes	90.894	31.696	17.126	8.848	40.166	(20.003)	168.727
Não circulante	3.038.589	598.533	2.683.732	58.827	4.958.525	(3.934.017)	7.404.189
Realizável a longo prazo	315.366	2.598	148.559	58.762	1.077.699	(936.560)	666.424
Partes relacionadas	171.785	-	3.087	3.024	955.409	(861.981)	271.324
Clientes	-	-	-	29.210	-	-	29.210
Subsídios a receber -CCC	-	-	-	-	24.617	-	24.617
Impostos diferidos	139.294	2.598	144.664	21.851	-	-	308.407
Ganhos em operações com derivativos	-	-	-	-	2	-	2
Depósitos vinculados	-	-	-	-	76	-	76
Outros ativos não circulantes	4.287	-	808	4.677	97.595	(74.579)	32.788
Investimentos	-	-	367.974	-	3.654.288	(3.502.396)	519.866
Imobilizado	2.563.975	588.559	2.157.782	1	140.941	-	5.451.258
Intangível	159.248	7.376	9.417	64	85.597	504.939	766.641
Diferido	-	-	-	-	15.268	(15.268)	-

	2016						
	Geração a Gás	Produção de Gás Natural	Geração à Carvão	Comercializadora	Holding e outros	Eliminações e ajustes	Total do consolidado
Balanco patrimonial – passivo	3.600.601	2.475.631	2.882.635	68.448	6.375.768	(5.042.512)	10.360.571
Circulante	1.290.881	418.364	183.149	35.597	71.486	(306.102)	1.740.974
Empréstimos e financiamentos	907.174	25.615	55.232	-	0	-	988.021
Fornecedores	62.105	37.909	18.800	15.128	43.308	-	177.250
Partes relacionadas	223.369	17.354	-	-	0	(224.167)	16.556
Debêntures	3.063	252.679	-	-	-	-	255.742
Participação nos Lucros	5.844	-	4.281	588	13.130	-	23.843
Outros passivos circulantes	89.326	132.406	104.836	19.881	15.048	(81.935)	279.561
Não circulante	1.132.486	761.224	1.349.396	7.677	1.731.874	(843.868)	4.138.789
Exigível longo prazo	1.132.486	761.224	1.349.396	7.677	1.731.874	(843.868)	4.138.789
Empréstimos e financiamentos	664.153	25.000	1.191.506	-	1.228.617	-	3.109.276
Impostos diferidos	65.803	-	649	-	221.441	-	287.893
Partes relacionadas	300.519	65.659	156.429	7.677	137.377	(565.825)	101.836
Provisão ADOMP	358	-	752	-	-	-	1.110
Debêntures	100.457	603.851	-	-	-	(114.089)	590.219
Outros passivos não circulantes	1.196	66.714	60	-	144.439	(163.954)	48.455
Acionistas não controladores	-	-	-	-	-	(12.870)	(12.870)
Patrimônio líquido	1.177.234	1.248.444	1.350.090	25.174	4.572.408	(3.879.672)	4.493.678
	2015						
	Geração a Gás	Produção de Gás Natural	Geração à Carvão	Comercializadora	Holding e outros	Eliminações e ajustes	Total do consolidado
Balanco patrimonial – passivo	3.522.454	631.282	2.925.686	117.585	5.099.830	(3.969.288)	8.327.545
Circulante	1.157.550	146.036	73.509	8.127	46.976	1.421	1.433.619
Empréstimos e financiamentos	776.238	50.565	10.555	-	-	-	837.358
Fornecedores	66.080	-	32.467	5.113	31.262	(12.217)	122.705
Partes relacionadas	67.688	4	-	3	-	-	67.695
Debêntures	123.707	49.554	-	-	-	-	173.261
Participação nos Lucros	4.272	1.659	3.777	850	11.527	-	22.085
Outros passivos circulantes	119.565	44.254	26.710	2.161	4.187	13.638	210.515
Não circulante	1.179.763	27.705	1.692.570	132.639	1.293.216	(1.018.984)	3.316.747
Exigível longo prazo	1.179.763	27.705	1.692.570	132.639	1.293.216	(1.009.146)	3.316.747
Empréstimos e financiamentos	790.826	-	1221.665	-	1.068.702	-	3.081.193
Impostos diferidos	8.145	-	649	-	14.391	-	23.185
Partes relacionadas	379.733	-	468.167	2.515	121.375	(930.553)	41.237
Outros passivos não circulantes	1.059	27.705	2.089	130.124	88.748	(78.593)	171.132
Acionistas não controladores	-	-	-	-	-	(9.837)	(9.837)
Patrimônio líquido	1.185.141	457.541	1.159.607	(23.181)	3.744.366	(2.936.458)	3.587.016

2016

	Geração à Gás	Produção de Gás Natural	Geração à Carvão	Comercializadora	Holding e outros	Eliminações e ajustes	Total do consolidado
Demonstração do resultado							
Receita operacional líquida	1.617.555	424.401	541.195	113.728	13.812	(549.707)	2.160.983
Custo de Bens e/ou Serviços vendidos	(1.247.839)	(198.194)	(463.480)	(55.307)	(13.929)	549.707	(1.429.042)
Despesas operacionais	(34.603)	(39.908)	(18.943)	(814)	(68.859)	(24.312)	(187.438)
Outros resultados operacionais	(16.587)	8.046	(1.700)	2.865	(9.791)	71.808	154.641
Equivalência patrimonial	-	-	(32.407)	-	(88.454)	81.792	(39.070)
Resultado financeiro	(279.621)	(67.658)	(166.279)	2.320	(37.121)	-	(548.359)
Provisão dos tributos correntes e diferidos	(12.362)	(24.866)	-	(19.636)	(65.988)	-	(122.852)
Participação de não controladores	-	-	-	-	3.030	-	3.030
Lucro/Prejuízo do período	26.543	101.823	(141.614)	43.155	(267.300)	129.286	(108.107)

2015

	Geração a Gás	Produção de Gás Natural	Geração a Carvão	Comercializadora	Holding e outros	Eliminações e ajustes	Total do consolidado
Demonstração do resultado							
Receita operacional líquida	986.237	42.203	583.744	16.309	1.895	(111.755)	1.518.633
Custo de Bens e/ou Serviços vendidos	(742.523)	13.071	(473.644)	(20.968)	(6.528)	111.755	(1.118.838)
Despesas operacionais	(23.973)	(3.413)	(11.411)	(1.431)	(90.855)	-	(131.083)
Outros resultados operacionais	3.690	-	10.365	(4.534)	(159.510)	-	(128.497)
Equivalência patrimonial	-	-	(2.489)	-	(53.303)	8.277	(47.451)
Resultado financeiro	(262.218)	(4.128)	(175.216)	(359)	460.016	-	18.095
Provisão dos tributos correntes e diferidos	40.705	(15.630)	-	-	1.175	-	26.249
Participação de não controladores	-	-	-	-	5.528	-	5.528
Lucro/Prejuízo do período	1.917	32.104	(68.521)	(10.983)	158.417	13.804	142.637

30. Operação descontinuada

Porto do Pecém (controlada em conjunto)

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia realizou a classificação do montante registrado em investimento, mútuo ativo e créditos referentes a compra de energia e carvão para o ativo circulante, na rubrica de ativo mantido para negociação, referente a controlada em conjunto Porto do Pecém. Essa classificação foi avaliada e ratificada com base nos requisitos do CPC 31 – Ativo não circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada. O registro do ativo circulante – ativo mantido para negociação foi realizado pelo valor justo da transação, R\$ 300 milhões, e a variação gerada pela diferença entre o valor contábil e o valor justo desses ativos foi registrada na Demonstração de Resultado do Exercício, sendo apresentada sob a forma de operação descontinuada.

A Companhia também avaliou os passivos da Porto do Pecém, porém não identificou necessidade de reclassificação dos mesmos para a rubrica ativos mantidos para venda.

Em 15 de maio de 2015 foi concluída a alienação da totalidade da participação societária da Eneva na Porto do Pecém em favor da EDP – Energias do Brasil S.A., uma vez tendo sido atendidas todas as condições precedentes desta transação. Nesta mesma data, a Companhia recebeu o pagamento no valor de R\$ 300 milhões pela referida alienação. Está operação gerou um resultado negativo de R\$ 36.861 mil registrado como operação descontinuada, no resultado em 2015.

31. Compromissos assumidos

Programa Exploratório Mínimo (“PEM”)

No dia 07 de outubro de 2015, a PGN S.A. arrematou 06 novos blocos na 13ª Rodada de Licitações realizada pela ANP, e em todos entrou como operadora.

O valor total do bônus de assinatura dos seis blocos foi de R\$ 10.000. Além do bônus assinatura, foram considerados como critérios de julgamento do leilão, o Programa Exploratório Mínimo (PEM) a ser aplicado nos blocos, expresso em unidades de trabalho (UTs), e os percentuais de conteúdo local nas fases de exploração e desenvolvimento.

A controlada Parnaíba Gás Natural S.A. assumiu o compromisso de cumprir o PEM do primeiro período exploratório com uma campanha de aquisição sísmica 2D.

Em 31 de dezembro de 2016, o saldo de PEM referente a 13ª rodada a ser cumprido perante a ANP está apresentado no quadro abaixo:

PEM com seguro garantia	UTs	Adições	Baixas	Saldo em 2016	Saldo em 2015
PN-T-69	3010	9.482	-	9.482	9.482
PN-T-87	3010	9.482	-	9.482	9.482
PN-T-101	7003	20.484	-	20.484	20.484
PN-T-103	7003	20.484	-	20.484	20.484
PN-T-146	1010	4.544	-	4.544	4.544
PN-T-163	1010	4.544	-	4.544	4.544
Total		69.020	-	69.020	69.020

Os valores indicados referem-se ao montante de garantia contratada diretamente pela PGN, correspondente ao seu percentual de participação em cada bloco.

32. Impactos do Plano de Recuperação Judicial

Em 9 de dezembro de 2014, a Companhia ajuizou pedido de recuperação judicial, em relação a suas atividades e às atividades de sua subsidiária Eneva Participações S.A.. O plano de recuperação judicial, tal como aditado, foi aprovado pela assembleia geral de credores da Companhia realizada em 30 de abril de 2015 (o "Plano de RJ") e homologado por decisão judicial emanada em 12 de maio de 2015.

O Plano de RJ aprovado consistiu basicamente nos seguintes pontos: (i) pagamento integral de até R\$250 mil por credor quirografário, respeitado o valor do respectivo crédito; (ii) redução obrigatória do valor de 20% dos créditos quirografários, mediante a aplicação de deságio sobre o valor de cada crédito quirografário no montante que superar o valor de R\$250mil pagos conforme o item (i) acima; (iii) redução obrigatória, por meio de capitalização de créditos, de 40% dos créditos quirografários no montante que superar o valor de R\$250mil pagos conforme o item (i) acima.; e (iv) reperfilamento de longo prazo do saldo remanescente dos créditos quirografários.

Os ativos contribuídos, foram: (a) 100%, na BPMB Parnaíba S.A.; (b) 100% nas usinas termelétricas Parnaíba I, Parnaíba III e Parnaíba IV, representando um incremento de 30% na participação detida anteriormente; (c) 100% na ENEVA Participações, representando um incremento de 50% da participação detida anteriormente; e (d) 27,3% da Parnaíba Gás Natural S.A., representando um incremento de 9,09% da participação detida anteriormente.

Os efeitos em resultado no exercício de 2015 foram:

Efeitos em Resultado - Plano de RJ	
Desconto das Dívidas - 20% do total	489.381
Extinção de passivos financeiros	(131.005)
	358.376

33. Eventos Subsequentes

(I) Renegociação dos empréstimos-ponte da Usina de Parnaíba II

Em 13 de janeiro de 2017 sua controlada Parnaíba II Geração de Energia S.A. renegociou seus contratos de empréstimo-ponte com as instituições financeiras apoiadoras do projeto, estendendo o vencimento dessas operações no valor de R\$ 735 milhões para janeiro de 2019 e mantendo o custo de CDI + 3,0% ao ano. Essa renegociação representou um importante passo na otimização da estrutura de capital da Companhia, primeiro por transferir o referido montante, que em 31 de dezembro 2016 era observado como uma obrigação de curto prazo para o passivo não circulante, além de significar uma importante oportunidade para consolidação da estratégia de financiamento de longo prazo para Parnaíba II. Como garantia desta operação, foram cedidos fiduciariamente através de CDB vinculado, à Caixa Econômica Federal e ao Bradesco, os montantes de R\$ 27.776 e R\$ 34.017, remunerados a 100% CDI e 95% CDI, respectivamente.

Com a conclusão desta negociação a Companhia equaliza sua posição de capital circulante líquido (ativo circulante menos passivo circulante), de forma a apresentar uma posição positiva, a partir de janeiro de 2017.

(II) Alterações na Diretoria

Em 24 de março de 2017, José Aurélio Drummond Jr. renunciou, à presidência da Companhia e continuará contribuindo com a ENEVA como membro de seu Conselho de Administração. Seguindo o plano de sucessão previamente estabelecido, Pedro Zinner assumirá a presidência da ENEVA e continuará exercendo o cargo de Diretor de Relações com Investidores da Companhia. Informamos ainda que Flavia Martins assumirá, interinamente, a posição de Diretora Financeira da Companhia. As mudanças anunciadas passam a vigorar a partir de 27 de março de 2017.

Em 03 de agosto de 2017 a Companhia recebeu a renúncia do Sr. Paulo Affonso Petrassi Filho, diretor da Companhia.

(III) Novo Plano de Opção de Compra ou Subscrição de Ações

Em 03 de agosto de 2017 a Companhia outorgou 1.320.602 (Um milhão trezentos e vinte mil e seiscentos e dois) opções, a serem divididas em 5 (cinco) lotes anuais, cada qual equivalente a 20% (vinte por cento) do total.

Foi aprovado em 03 de agosto de 2017, em Reunião do Conselho de Administração, o 3º Plano de Opções de Compra e Subscrição de Ações, com as seguintes características:

- As Opções concedidas serão divididas em 5 (cinco) lotes anuais, sendo cada um deles equivalente a 20% (vinte por cento) da quantidade de Opções outorgadas;
- Uma vez exercida a Opção, poderão ser entregues ao beneficiário (i) ações objeto de emissão por meio de aumento de capital da Companhia; ou (ii) ações de emissão da Companhia em tesouraria, observadas as regras da Comissão de Valores Mobiliários;
- Em contrapartida à outorga da opção ao participante, este deverá pagar à Companhia um preço definido pelo Conselho de Administração (preço da outorga);
- O preço de exercício da Opção é de R\$15,00, e será reajustado pela variação do IPCA + 3,0% (três por cento) a partir da data de outorga.

(IV) Pedido de registro de oferta pública

Em 08 de agosto de 2017 a Companhia apresentou à CVM pedido de registro de oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, de emissão da Companhia, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames de sua emissão ("Ações"), compreendendo: (i) a distribuição primária de Ações de emissão da Companhia ("Oferta Primária"); e (ii) a distribuição secundária de Ações de emissão da Companhia e de titularidade de determinados acionistas vendedores a serem definidos oportunamente, conforme aplicável ("Acionistas Vendedores"), no âmbito da eventual colocação de Ações adicionais e/ou de Ações do Lote suplementar (conforme abaixo definidos) ("Oferta Secundária" e, em conjunto com a Oferta Primária, "Oferta").

(V) Encargos Hídricos Emergenciais – Pecém II (Deferimento de liminar judicial)

Em 05 de maio de 2017, foi integralmente deferida pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região ("TRF 1ª Região") a tutela antecipada requerida pela controlada Pécem II e pela companhia Porto do Pecém, integrante do polo passivo.

Esta ação refere-se ao pedido de tutela antecipada para determinar: (i) o repasse, pela ANEEL, do valor cobrado pelo Estado do Ceará, a título de Encargo Hídrico Emergencial ("EHE"), com o aumento do Custo Variável Unitário ("CVU") e da receita de venda percebida pelas partes; e (ii) a suspensão da aplicação pela ANEEL de quaisquer penalidades por eventual redução e/ou interrupção da geração de energia das usinas em virtude da redução no fornecimento de água.

No âmbito administrativo, foi recebido em 02 de julho de 2017 o ofício nº 107/2017-SRG/ANEEL solicitando dados para dar cumprimento à determinação judicial supra mencionada. Em 10/07/2017 foi apresentada petição com proposta de instrumentalização da decisão pelo TRF 1ª Região. Em 27/07/2017 a controlada e companhia Porto do Pecém apresentaram novas informações para recebimento da diferença de CVU. O montante envolvido é de R\$ 13.443 em 31 de dezembro de 2016.

Conselho de Administração

Carlos Márcio Ferreira
Presidente

Conselheiros:
Jose Aurélio Drummond Jr.
Frank Paul Possmeier
Edwyn Neves
Marcelo Pereira Lopes de Medeiros
Guilherme Bottura
Renato Antônio Secondo Mazzola

Diretoria

Pedro Zinner
Diretor Presidente e de Relações com Investidores

Lino Lopes Cançado
Diretor

Laira Sanui
Diretora

Controller

Ana Paula Alves do Nascimento
CRC-RJ 086983/O-0

Contador

Bruno Campelo de Azevedo
CRC-RJ 106648/O-9